

**Jorge Miguel dos
Santos Velez Frazoa**

**A cultura de segurança nas escolas -
Promoção de sociedades mais seguras**

**Jorge Miguel dos
Santos Velez Frazoa**

**A cultura de segurança nas escolas –
Promoção de sociedades mais seguras**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Faria Feio.

O júri

Presidente: Professora Doutora Ana Costa

Orientador: Professora Doutora Maria Feio

Arguente: Professora Doutora Liliana Rodrigues

Agradecimentos

Ao longo da elaboração desta dissertação muitos foram os desafios académicos e pessoais que enfrentei. Pessoalmente, tive de superar a pior lesão que alguma vez poderia imaginar, colocando-me um desafio enorme sobre a continuidade da minha dissertação, estando alguns meses sem poder escrever e desenvolver esta tese.

Nem sempre foi fácil continuar mas, felizmente, tive pessoas do meu lado que me ajudaram a ultrapassar estes momentos e que, sem elas, a conclusão desta dissertação não seria possível. Por isso, quero endereçar o mais profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que me ajudaram a concluir este processo exigente.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Faria Feio, por todo o apoio, disponibilidade e dedicação na orientação da minha dissertação. Foi, sem dúvida, um pilar importante para a conclusão deste projeto, motivando-me nos momentos mais difíceis.

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral, mestre Emanuel Vilaça, por toda a disponibilidade demonstrada em todo o processo de levantamento de dados e divulgação do inquérito em ambiente escolar. A celeridade com que todo o processo foi tratado é digna de ser salientada, demonstrando um grande profissionalismo e dignificando o Agrupamento.

Ao professor Alberto Claudino por todo o acompanhamento e sugestões que foi dando ao longo da dissertação. Além de ter sido uma referência no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó ao longo de tantos anos, particularmente em matéria de segurança, mesmo após estar aposentado sempre se mostrou disponível para contribuir para o estudo. Um muito obrigado, professor!

Ao meu querido amigo mestre João Oliveira pela grande ajuda que me deu na elaboração da tese. Além da sua extraordinária capacidade de trabalho, é uma pessoa com um conhecimento fenomenal. Sem ti, este processo seria certamente mais difícil.

À mestre Bárbara Raquel Mendes da Costa Silva por toda a ajuda no tratamento de dados. O seu conhecimento técnico foi fundamental para que esta dissertação fosse uma realidade.

Agradecer à minha mulher e à minha filha por serem o pilar mais importante para que me mantivesse focado durante tantos meses, apesar de todas as contrariedades.

Agradecer à minha irmã, mestre Sofia Frazoa, pela ajuda que me deu quando estava mais debilitado. Sem ti, teria sido mais difícil.

Um agradecimento especial para o meu amigo e antigo aluno do ISCIA, mestre Diogo Duarte, por todas as sugestões e orientações que me foi dando ao longo deste percurso. Muito obrigado, Diogo!

Um agradecimento especial ao Comandante, Pedro Lourenço, e ao Adjunto de Comando, João Paulo Batista, dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, por terem tido a compreensão necessária nos momentos em que mais precisei.

Resta-me agradecer a toda a minha família por acreditar em mim e a todos os meus amigos que sempre estiveram do meu lado.

A todos, MUITO OBRIGADO!

palavras-chave

Proteção civil; Cultura de segurança; Suporte básico de vida; Meios de primeira intervenção; Escola; Segurança contra incêndios

resumo

A presente dissertação analisa a cultura de segurança em contexto escolar, centrando-se nas competências dos alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, no concelho do Bombarral, no que respeita ao Suporte Básico de Vida (SBV) e à utilização de meios de primeira intervenção de combate a incêndios (CI). Partindo da premissa de que a escola é um espaço privilegiado para a promoção de competências em segurança individual e coletiva, o estudo teve como objetivo aferir o grau de literacia dos alunos nestas temáticas e identificar eventuais lacunas formativas.

Recorreu-se a uma metodologia quantitativa, através da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de 224 alunos do ensino secundário. O instrumento incluiu variáveis sociodemográficas, percurso formativo prévio e um conjunto de questões técnicas de diagnóstico. Os resultados obtidos revelam que a formação prévia em SBV contribui para melhores níveis de conhecimento, ainda que com margem de progressão, enquanto que na área do CI se verifica um défice generalizado de competências. A esmagadora maioria dos alunos expressa interesse e necessidade de formação nestas áreas, evidenciando uma consciência crítica quanto à sua preparação.

Conclui-se que, apesar da existência de referenciais e programas institucionais em matéria de segurança, estes não estão a traduzir-se em aprendizagens efetivas no perfil de saída dos alunos. A dissertação termina com a proposta de um modelo formativo que promova uma cultura de segurança robusta e participativa em meio escolar.

Keywords

Civil protection; Safety culture; Basic life support; Firefighting; School; Fire safety

abstract

This dissertation examines the culture of safety within the school context, focusing on the competencies of secondary school students from the Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (AEFP), located in the municipality of Bombarral, regarding Basic Life Support (BLS) and the use of initial fire-fighting equipment. Based on the premise that school is a privileged space for the promotion of individual and collective safety skills, this study aimed to assess students' literacy in these areas and identify potential training gaps. A quantitative methodology was adopted through the application of a questionnaire to a sample of 224 secondary education students. The instrument included sociodemographic variables, prior training history, and a set of diagnostic technical questions. The results revealed that prior training in BLS contributes to better knowledge levels—albeit with room for improvement—while in the field of fire safety, a generalized lack of knowledge was observed. The vast majority of students expressed interest in and recognized the need for training in both areas, reflecting a critical awareness of their own preparedness.

The study concludes that, despite the existence of official guidelines and institutional programmes on safety education, these are not yet translating into effective learning outcomes aligned with the expected student profile at the end of compulsory education. The dissertation ends with the proposal of a training model aimed at promoting a strong and participatory culture of safety in the school environment.

Lista de Abreviaturas

AEFP	Agrupamento de Escolas Fernão do Pó
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
CI	Combate a Incêndios
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
CQ	Centro Qualifica
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGS	Direção-Geral da Saúde
GPI	Grupo de Primeira Intervenção
IDN	Instituto da Defesa Nacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
PLA	Português Língua de Acolhimento
PCR	Paragem Cardiorrespiratória
PSP	Polícia de Segurança Pública
SBV	Suporte Básico de Vida
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction
UTI	Utilizações Tipo I (<i>Habitações, segundo ANEPC</i>)

Índice

Lista de Abreviaturas	x
Índice de Figuras	xiii
Índice de Apêndices	xv
Índice de Anexos	xvi
1. Introdução	1
2. Enquadramento	4
2.1 O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (AEFP)	5
2.2 A história da sede do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó	7
2.3 Contexto geográfico, socioeconómico e histórico do Bombarral	8
2.4 Caracterização da população escolar	10
3. A importância das escolas na aprendizagem	12
4. A cultura de segurança nas escolas portuguesas	14
5. A cultura de segurança no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó	18
6. Metodologia	21
7. Apresentação e discussão de resultados	28
7.1 Caracterização da amostra	28
7.2 Caracterização sociodemográfica	28
7.2.1 Género	28
7.2.2 Faixa etária	29
7.2.3 Escolaridade	30
7.2.4 Distribuição geográfica	34
7.3 Caracterização do percurso formativo	35
7.4 Análise correlacional	38
7.4.1 Correlação entre formação em SBV e desempenho nas questões SBV38	
7.4.2 Correlação entre formação em CI e desempenho nas questões de CI	40

7.4.3 Correlação entre a entidade formadora e a taxa de acerto em SBV e CI	41
7.4.4 Correlação entre a idade e a taxa de acerto em SBV e CI.....	48
7.4.5 Correlação entre o curso frequentado e a taxa de acerto em SBV e CI	51
7.4.6 Correlação entre a escola de conclusão do 3º ciclo e a taxa de acerto em SBV e CI.....	55
7.5 Perceção e expectativas dos alunos	58
8. Conclusão	60
9. Considerações finais	65
10. Bibliografia.....	68
11. Apêndice	73
11.1. Apêndice A – Autorização da Direção-Geral da Educação	73
11.2. Apêndice B – Questionário	74
11.3. Apêndice C – Código QR para acesso ao questionário	85
12. Anexos	86
12.1. Anexo A – Artigo da autoria do Professor Alberto Claudino publicado na revista PROCIV (ANEPC) sobre o Grupo de Primeira Intervenção do AEFP ...	86

Índice de Figuras

Figura 1- Gráfico representativo da distribuição das respostas por género	29
Figura 2 -Gráfico representativo da distribuição das respostas por idade.....	30
Figura 3 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por ano de escolaridade	31
Figura 4 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por curso frequentado	32
Figura 5 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por escola onde foi concluído o 3º ciclo de ensino	34
Figura 6 - Distribuição geográfica dos inquiridos.....	35
Figura 7 - Gráfico representativo da distribuição dos inquiridos de acordo com a entidade que ministrou a formação em SBV	36
Figura 8 - Gráfico representativo da distribuição dos inquiridos de acordo com a entidade que ministrou a formação em meios de primeira intervenção de combate a incêndios	37
Figura 9 - Taxa média de acerto no grupo de questões diagnósticas "SBV" em função da existência de formação prévia	39
Figura 10 - Gráfico representativo da correlação da variável "entidade que ministrou a formação em SBV" com a taxa de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV	43
Figura 11 - Gráfico representativo da correlação da variável "entidade que ministrou a formação em CI" com a taxa de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI.....	46
Figura 12 - Gráfico representativo da correlação da variável "idade" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV	49
Figura 13 - Gráfico representativo da correlação da variável "idade" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI	50
Figura 14 - Gráfico representativo da correlação da variável "curso frequentado" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV	52
Figura 15 - Gráfico representativo da correlação da variável "curso frequentado" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI.....	53

Figura 16 - Gráfico representativo da correlação entre a variável “escola de conclusão do 3º ciclo de ensino” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV	56
Figura 17 - Gráfico representativo da correlação entre a variável “escola de conclusão do 3º ciclo de ensino” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI	57
Figura 18 - Gráfico representativo da perceção dos inquiridos sobre a necessidade de formação em SBV e de CI.....	59

Índice de Apêndices

A - Autorização da Direção-Geral da Educação para aplicação do questionário em meio escolar.....	73
B - Questionário aplicado aos alunos do ensino secundário.....	74
C - Código QR para acesso ao questionário.....	85

Índice de Anexos

Anexo A - Artigo da autoria do Professor Alberto Claudino publicado na revista PROCIV sobre o Grupo de Primeira Intervenção.....	86
--	----

1. Introdução

Vivemos no seio de sociedades em constante evolução, caracterizadas pelo avanço tecnológico, transformações sociais e alterações climáticas. Esta realidade traz consigo um conjunto de oportunidades, mas também de desafios, que exigem uma adaptação contínua de todos os cidadãos. Vivemos, na maioria das vezes, com a sensação de uma segurança adquirida e de que, em caso de uma emergência, a competência da proteção e socorro é apenas dos agentes de proteção civil. Contudo, esquecemo-nos de que a proteção civil começa em cada um de nós, enquanto cidadãos. Será que estamos preparados para agir face aos riscos mais importantes?

De acordo com o Artigo 1.º, da Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, a proteção civil é a atividade desenvolvida não só pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, mas também por todos os cidadãos, com a finalidade de prevenir e atenuar riscos coletivos provenientes de acidentes ou catástrofes e de proteger e socorrer as pessoas e os seus bens (Lei de Bases da Proteção Civil, 2006).

Esta dissertação parte desta premissa para depois avaliar se estamos a capacitar corretamente os alunos do ensino secundário, usando como Caso de Estudo o Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral, para a aquisição de uma cultura de segurança que se reflita na vida adulta. Como referência para esta cultura de segurança, o trabalho foca-se em situações de paragem cardiorrespiratória (PCR) e no correto manuseamento dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios (CI).

De acordo com o Registo Nacional de Paragem Cardiorrespiratória Pré-Hospitalar, em 2023, registaram-se 19500 situações de PCR, sendo que apenas em 3869 ocasiões existiram manobras de reanimação antes da chegada das equipas de emergência, refletindo que o cidadão comum não está preparado para atuar neste

tipo de situações, o que coloca em causa a sobrevivência das vítimas (Instituto Nacional de Emergência Médica [INEM], 2023).

Relativamente aos incêndios estruturais, segundo o anuário da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), referente ao ano de 2023, registaram-se 7473 ocorrências de incêndios urbanos confirmados em Portugal Continental, sendo que 78,60% (5651) das ocorrências registaram-se em utilizações tipo I (UTI) – habitações. De acordo com o mesmo anuário, verificaram-se 28 vítimas mortais em 2023, 26 das quais em UTI – habitacionais. Estes números mostram-nos que, na grande maioria das vezes, as pessoas não estão capacitadas para a utilização dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil [ANEPC], 2023).

Sendo a escola um ambiente facilitador de aprendizagens e um dos locais onde se dá a socialização secundária, onde se consolidam identidades e onde os alunos adquirem competências para o futuro, é de extrema relevância adequar os conteúdos de formação com o intuito de obtermos sociedades cada vez mais seguras e capazes de agir em situações de risco eminente para a vida do próprio ou de outros cidadãos. Ao capacitarmos os alunos com as ferramentas necessárias para agir em caso de PCR e de situações de incêndio, estamos a fomentar uma maior cultura de segurança, promovendo sociedades mais seguras e prevenidas.

Perante este contexto, relembra-se que a presente investigação parte da seguinte questão de partida: “Estamos a capacitar corretamente os alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral para a aquisição de uma cultura de segurança, particularmente em situações de paragem cardiorrespiratória e na correta atuação com os meios de primeira intervenção de combate a incêndios?”.

Reitera-se também que, a partir desta questão, foram definidos os seguintes objetivos específicos e hipóteses do estudo, os quais orientam toda a análise:

- Avaliar se os alunos têm conhecimentos suficientes para atuar em situações de PCR e para manusear corretamente os meios de primeira intervenção de combate a incêndios.
- Avaliar se os alunos sentem a necessidade de ter formação sobre manobras de reanimação e sobre a utilização de meios de primeira intervenção de combate a incêndios.
- Aferir se os alunos que já tiveram formação sobre Suporte Básico de Vida (SBV) e/ou sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios revelam maiores conhecimentos sobre a correta atuação nestas temáticas do que aqueles que ainda não a receberam.

2. Enquadramento

Pese embora as situações de paragem cardiorrespiratória e a utilização dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios pareçam situações distintas, ambas envolvem um grande risco para a sobrevivência das pessoas, sendo o tempo de resposta crucial para salvar vidas e para minimizar os danos. Sendo acontecimentos súbitos, repentinos e inesperados, que colocam em causa a segurança das pessoas, podendo mesmo levar à morte, é crucial que consigamos preparar a sociedade para enfrentar estes riscos, formando devidamente os alunos para que saiam do ensino secundário com o “saber-fazer” em situações de paragem cardiorrespiratória e estejam aptos para utilizar os meios de primeira intervenção de combate a incêndios. Ao alcançarmos estas metas, estamos a promover sociedades mais seguras onde os cidadãos estarão mais preparados para dar uma resposta importante na salvaguarda da vida e dos bens, até à chegada do socorro profissional, aumentando significativamente a probabilidade de sobrevivência das vítimas de PCR e na mitigação dos danos em caso de incêndio.

A PCR é um dos eventos clínicos mais críticos que pode ocorrer em ambiente escolar ou comunitário, exigindo uma resposta rápida e eficaz para garantir a sobrevivência da vítima. Segundo dados do European Resuscitation Council (ERC) (2021a), a realização imediata de manobras de SBV pode duplicar ou triplicar as probabilidades de sobrevivência após uma PCR. Em Portugal, a Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania define como prioritária a aquisição de competências de autoproteção, incluindo a literacia em saúde e em primeiros socorros (Direção-Geral da Educação [DGE], 2020), apontando para a necessidade de capacitar os alunos para uma intervenção consciente e eficaz.

Neste contexto, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem vindo a reforçar a importância da formação em SBV em contexto escolar, reconhecendo o potencial da escola como espaço de capacitação precoce. De acordo com a Direção-Geral da Saúde (DGS), a implementação de programas de formação em SBV em meio escolar contribui significativamente para aumentar a taxa de reanimação antes da

chegada das equipas de emergência que, em 2023, rondava apenas os 20% em Portugal (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2024). Estes dados sublinham a urgência de uma aposta mais efetiva e sistemática neste domínio, com ações de formação práticas adaptadas à idade e ao contexto dos alunos.

Da mesma forma, a capacidade de utilização correta dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios é igualmente vital em contexto escolar. A ANEPC (2023) sublinha que os minutos iniciais de um incêndio são determinantes para o controlo do mesmo e para a minimização de danos, sendo por isso crucial que os cidadãos, e em particular os jovens, adquiram competências práticas de atuação imediata. A inclusão destas temáticas nos programas de educação para a cidadania e para o risco reforça o papel da escola como promotora de comportamentos seguros, resilientes e solidários.

A presente dissertação encontra-se organizada em várias secções interligadas. Numa primeira fase, desenvolve-se o enquadramento teórico, onde são exploradas as noções de cultura de segurança e os fundamentos da formação SBV e meios de primeira intervenção de combate a incêndios, bem como o contexto específico do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó. Segue-se a metodologia, onde se descreve o desenho do estudo, os objetivos, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos éticos. Posteriormente, procede-se à apresentação e análise dos resultados do inquérito por questionário aplicado aos alunos do ensino secundário, incluindo a caracterização da amostra, o perfil sociodemográfico, o percurso formativo e as correlações entre variáveis-chave. Por fim, são discutidos os resultados, formuladas conclusões e apresentada uma proposta de modelo de formação que visa responder às necessidades identificadas, promovendo a literacia em segurança no contexto escolar.

2.1 O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (AEFP)

O AEFP do Bombarral está localizado no concelho do Bombarral, no Distrito de Leiria, e é uma instituição de ensino pública que reúne diversas escolas sob a mesma gestão, oferecendo uma ampla formação que vai desde a educação pré-

escolar ao ensino secundário, integrando também um Centro Qualifica (CQ), em todo o Concelho do Bombarral. De acordo com o Projeto Educativo (2019) do AEFP, o agrupamento não é apenas um agregado de estabelecimentos de ensino, mas uma organização com um conjunto de recursos humanos e órgãos próprios, assentes num Projeto Educativo único, onde todos os estabelecimentos de ensino se regem pelos mesmos princípios, valores e regras, fazendo com que não estejamos perante um agrupamento, na sua verdadeira aceção da palavra, mas sim de uma Escola cuja comunidade está distribuída pelos diversos estabelecimentos de ensino.

O AEFP, além da escola-sede (ensino básico e secundário), conta com três Jardins de Infância, um estabelecimento do 1.º Ciclo e um Centro Escolar (Pré-escolar e 1.º Ciclo) (Tabela 1).

Estabelecimento	Tipologia
Escola Básica e Secundária Fernão do Pó	Escola Básica e Secundária
Escola Básica n.º 1 do Bombarral	Jardim de Infância + 1.º Ciclo do Ensino Básico
Escola Básica do Pó	1.º Ciclo de Ensino Básico
Jardim de Infância Quinta Santo António (Bombarral)	Jardim de Infância
Jardim de Infância Vale da Várzea (Bombarral)	Jardim de Infância
Jardim de Infância do Pó	Jardim de Infância

Tabela 1 - Caracterização do agrupamento

A análise do AEFP evidencia uma realidade educativa diversificada e inclusiva, marcada por um forte enraizamento territorial e por uma trajetória histórica de crescimento e modernização. A existência de múltiplos níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário e à formação de adultos, bem como a heterogeneidade cultural da sua população discente, coloca à escola o desafio de

garantir respostas pedagógicas ajustadas às necessidades e expectativas de diferentes públicos.

Neste cenário, torna-se particularmente relevante a promoção de uma cultura de segurança transversal e participativa, que valorize o “saber-fazer” em contextos de risco. O compromisso institucional do AEFPP com a realização regular de simulacros de evacuação e a colaboração com entidades externas, como os bombeiros locais, reforça a pertinência deste estudo e demonstra a centralidade que a segurança tem vindo a assumir no projeto educativo do agrupamento. Esta realidade justifica a opção metodológica de estudar este agrupamento como caso representativo da promoção da cultura de segurança no contexto escolar português.

2.2 A história da sede do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó

A escola-sede do AEFPP entrou em funcionamento no ano letivo de 1978/79, no edifício da antiga Escola Secundária do Bombarral, onde estava incluída a Escola Preparatória do Bombarral. Na época, a Escola Preparatória albergava o Ciclo Preparatório (5.º e 6.º anos de escolaridade) e o Ensino Secundário Unificado (7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade). A partir do ano letivo de 1980/81 entrou em funcionamento o Ensino Secundário Complementar (10.º e 11.º anos de escolaridade), aumentando significativamente o número total de alunos, trazendo graves constrangimentos na capacidade da escola. Neste contexto, em 1982, surge a criação da Escola Secundária do Bombarral e um ano mais tarde, em 1983, dá-se o início da construção do edifício da antiga Escola Básica Fernão do Pó. No ano letivo seguinte, em 1984/85, a Escola Preparatória transita para o novo edifício e a Escola Secundária inicia o seu funcionamento.

No início do anos 90, com a abertura do 12.º ano de escolaridade e devido aos diferentes cursos do Ensino Secundário existentes, houve um novo aumento significativo de alunos, tendo a Escola ultrapassado os mil alunos. Estes números, associados ao facto de a Escola ter sido prevista para um universo de cerca de 700 alunos, distribuídos por 24 turmas, e o facto de o projeto inicial ter sido projetado

para uma Escola Preparatória, transformada *a posteriori* numa Escola Secundária, levaram a um conjunto de alterações quer na sua tipologia quer na organização dos espaços, desde a construção de novas salas, transformação de gabinetes de trabalho em salas de aula, construção de balneários anexos à Escola, entre outras mudanças estruturais.

Em 2008, por decisão da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, apoiada no facto de ambos os edifícios se encontrarem sobrelotados, degradados e desajustados às novas exigências escolares da modernidade, foi aprovada, no âmbito do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, promovido pela Parque Escolar, a fusão das duas escolas com o intuito de integrá-las num só edifício. Esta fusão fez com que esta nova escola, com a tipologia de Básica e Secundária, passasse a ser a sede do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó. Contudo, foi apenas em 2012 que as obras de modernização ficaram concluídas. (AEFP, 2019)

Para além da sua função pedagógica, a escola-sede tem vindo a assumir-se como um espaço dinamizador da vida comunitária do concelho do Bombarral, promovendo diversas iniciativas abertas à população e articulando-se com diversas entidades locais, como os bombeiros, a proteção civil, instituições de solidariedade e associações culturais. Este papel de centro cívico e cultural reforça o compromisso do agrupamento com a formação integral dos alunos e com a valorização do território em que se insere.

2.3 Contexto geográfico, socioeconómico e histórico do Bombarral

O concelho do Bombarral está situado na sub-região do Oeste, integrada na Região Centro e no distrito de Leiria, com uma área territorial de 91 km². Em 2023, registava uma população residente de 13990 habitantes, com uma densidade populacional de 148,4 habitantes por km² (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2024). Esta localização estratégica, entre Lisboa e Coimbra, confere ao concelho uma posição privilegiada no contexto do desenvolvimento.

Do ponto de vista socioeconómico, o Bombarral apresenta uma estrutura produtiva fortemente enraizada na agricultura e agroindústria, destacando-se a fruticultura, vitivinicultura e horticultura. Em 2022, existiam 1910 empresas ativas, das quais 89 pertenciam ao setor da indústria transformadora. O volume de negócios gerado ultrapassava os 549 milhões de euros, com especial incidência no comércio grossista de frutas e produtos hortícolas (INE, 2024). Apesar destes indicadores, o concelho enfrenta desafios demográficos e sociais: cerca de 26,8% da população residente tem 65 ou mais anos, o que evidencia um forte envelhecimento populacional. Paralelamente, o índice de dependência total — que relaciona o número de pessoas dependentes (menores de 15 anos e maiores de 64 anos) com a população em idade ativa — atinge os 64,5%. Este valor revela um peso significativo das faixas etárias dependentes, com implicações relevantes ao nível da sustentabilidade social e económica do território. A taxa de beneficiários do rendimento social de inserção (1,2%) e a taxa bruta de natalidade (6,2‰) reforçam esta tendência (INE, 2024).

No campo da educação, destaca-se uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário de 106,6%, (INE, 2024) valor que, apesar de superar os 100%, é frequente neste indicador. Isso deve-se ao facto deste indicador refletir a proporção da população residente que está a frequentar o ensino secundário, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente ao ensino secundário (15 a 17 anos). Uma vez que a taxa bruta de escolarização não leva em linha de conta a idade, são integrados nesta taxa os alunos fora da faixa etária típica (15 a 17 anos) que estão a frequentar este nível de ensino, fazendo com que as taxas possam superar os 100% (INE, 2024). A nível nacional, em 2022/23, a taxa bruta deste nível de ensino situava-se entre 124% e 127% em Portugal continental, em linha com as tendências observadas no Bombarral (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2023). Esta dinâmica educativa encontra-se também refletida no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, que sublinha a importância de adequar a ação pedagógica ao perfil sociocultural dos alunos, promovendo uma cidadania ativa e consciente.

A história do concelho revela um território com raízes profundas na ocupação humana. Registos arqueológicos atestam a presença de comunidades desde a Pré-História, como comprovam os vestígios encontrados na Gruta da Lapa do Suão, estudados por Jorge Monteiro (1969). A doação das terras ao Mosteiro de Alcobaça no século XII e a sua integração nos Coutos de Alcobaça marcaram o desenvolvimento agrícola da região. A criação do concelho em 1914, por desanexação de Óbidos, foi um marco político e administrativo significativo que consolidou a identidade local (Ramos, 1939).

A dimensão cultural do Bombarral é igualmente notável. A obra “Olhares sobre o Bombarral” (Ferreira, 2024) apresenta uma recolha plural de memórias, espaços e vivências que moldaram a identidade coletiva do território. Também a recente publicação sobre a história da toponímia local (Câmara Municipal do Bombarral, 2024) contribui para o reconhecimento dos valores históricos e linguísticos que caracterizam a vila e as suas freguesias.

A integração destas diversas dimensões — geográfica, económica, demográfica, educativa e cultural — permite compreender o Bombarral como um território em transição, com potencialidades e vulnerabilidades que influenciam diretamente a missão educativa da escola pública. Neste sentido, o conhecimento aprofundado do contexto onde se insere o Agrupamento de Escolas Fernão do Pó é essencial para pensar estratégias formativas que promovam a segurança, a prevenção e a preparação da comunidade escolar para os desafios da contemporaneidade.

2.4 Caracterização da população escolar

O AEFP, situado no concelho do Bombarral, apresenta uma realidade educativa marcada por uma elevada diversidade no que respeita aos níveis de ensino, dos percursos formativos e da composição sociocultural da sua população discente. De acordo com o seu Projeto Educativo 2022–2025, o agrupamento integra cerca de 2000 alunos, distribuídos pela educação pré-escolar, ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), ensino secundário, cursos profissionais e outras ofertas de segunda

oportunidade, como os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), formações modulares e Português Língua de Acolhimento (PLA).

No ensino secundário, o agrupamento conta com um total de 395 alunos, dos quais 253 frequentam o ensino secundário regular e 142 estão inscritos em cursos profissionais. Esta estrutura formativa diversificada evidencia o compromisso do agrupamento com a personalização dos percursos escolares e com a valorização do ensino profissionalizante, respondendo assim a diferentes interesses, ritmos e projetos de vida dos alunos.

A realidade multicultural do agrupamento constitui um traço identitário relevante. Os dados atualizados indicam a presença de alunos de 20 nacionalidades diferentes, para além da portuguesa. As nacionalidades mais representadas, depois da nacional, são a brasileira (61 alunos), angolana (27), ucraniana (9), indiana (4) e guineense (3), entre outras. Esta diversidade étnico-cultural, visível sobretudo no 1.º ciclo e no ensino secundário, implica desafios acrescidos ao nível da integração, da linguagem e da diferenciação pedagógica, mas representa também uma oportunidade de enriquecimento intercultural e de desenvolvimento de competências de cidadania global.

A pluralidade de origens e percursos, associada à heterogeneidade social e académica dos alunos, reforça a importância de estratégias educativas promotoras de coesão, responsabilidade e participação ativa. Neste contexto, a promoção de uma cultura de segurança ganha particular relevância, na medida em que permite desenvolver, desde a escola, competências de autoproteção, solidariedade, consciência do risco e preparação para a ação coletiva. Esta abordagem torna-se ainda mais pertinente quando aplicada a contextos educativos plurais como o do AEFP, onde a diversidade deve ser acompanhada por uma cultura de prevenção e de segurança comum a toda a comunidade escolar.

3. A importância das escolas na aprendizagem

A escola é, por excelência, um espaço estruturado de transmissão, construção e consolidação de saberes, desempenhando um papel central no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e cívico dos alunos. Para além das aprendizagens curriculares formais, a escola constitui-se como um contexto privilegiado para a formação de competências transversais, incluindo a autonomia, a responsabilidade, a cooperação e a cidadania.

Segundo Delors et al. (1996), no relatório para a UNESCO “Educação: um tesouro a descobrir”, a educação ao longo da vida deve assentar em quatro pilares fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Estes pilares reforçam a ideia de que a escola não é apenas um local de instrução, mas também um meio estruturante da formação humana e social dos indivíduos.

A escola assume ainda um papel estratégico na redução das desigualdades sociais e na promoção da equidade, sendo frequentemente o primeiro espaço de contacto das crianças e jovens com regras comuns, diversidade cultural e responsabilidade coletiva. Como sublinha Nóvoa (2019), a escola vive um tempo de metamorfose que exige uma reconfiguração do seu papel educativo, nomeadamente no que diz respeito à formação de cidadãos com capacidade crítica, sentido de responsabilidade e consciência cívica. Esta transformação obriga a uma abordagem centrada na formação integral dos alunos, que vá além da simples instrução e contribua para a construção de uma cidadania ativa.

Neste sentido, é fundamental que o projeto educativo das escolas contemple áreas de formação para a cidadania e segurança, promovendo não só o sucesso escolar, mas também a aquisição de conhecimentos práticos e atitudes adequadas perante situações de risco. A inclusão de temas como o suporte básico de vida, a autoproteção e a prevenção de acidentes na vida escolar quotidiana reforça o papel

da escola enquanto agente de promoção de literacia em segurança, contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes.

Esta perspetiva é também reconhecida a nível internacional. No âmbito dos compromissos globais de redução do risco de desastres, a Ação de Hyogo 2005–2015, através da sua Prioridade 3, sublinha a necessidade de “utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para estabelecer uma cultura de segurança e resiliência a todos os níveis” (United Nations International Strategy for Disaster Reduction [UNISDR], 2005). O documento destaca ainda que “as escolas são lugares indicados para criar valores coletivos e permanentes” e, por isso, representam “o espaço apropriado para criar uma cultura de prevenção e resiliência face aos desastres”. Esta visão confere à escola um papel estratégico não apenas na transmissão de saberes, mas na interiorização de comportamentos preventivos e resilientes desde os primeiros anos de escolaridade.

De acordo com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), o sistema educativo português deve garantir que todos os alunos desenvolvam um conjunto de competências essenciais, entre as quais se destacam a responsabilidade e a segurança, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a participação cívica. Este documento normativo reforça a responsabilidade da escola como promotora de uma formação integral e integrada.

Assim, reconhecer a importância das escolas na aprendizagem implica também atribuir-lhes a responsabilidade de educar para a prevenção e para a ação, dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam lidar com desafios atuais e futuros, como situações de emergência, riscos naturais, acidentes e contextos de vulnerabilidade, sempre com autonomia e consciência cívica.

4. A cultura de segurança nas escolas portuguesas

A cultura de segurança nas escolas portuguesas tem vindo a assumir uma importância crescente nos últimos anos, refletida num conjunto de políticas públicas e iniciativas educativas de âmbito nacional que procuram promover ambientes escolares mais seguros e resilientes. Estas medidas têm como principal objetivo integrar práticas de prevenção e atitudes de autoproteção na vivência escolar, fomentando competências essenciais em segurança individual e coletiva.

Para compreender a profundidade e relevância destas políticas, importa, antes de mais, clarificar o conceito de cultura de segurança, cuja definição varia consoante o autor e o enquadramento geográfico. A nível internacional, Reason (1997) define cultura de segurança como “(...) o produto dos valores, atitudes, perceções, competências e padrões de comportamento individuais e coletivos que determinam o compromisso com a gestão da saúde e segurança”. Esta definição sublinha a dimensão comportamental e organizacional do compromisso com a segurança.

No contexto europeu, a cultura de segurança adquire uma dimensão mais alargada, sendo entendida como essencial para a criação de ambientes seguros e saudáveis, sustentada por práticas de liderança, participação ativa e aprendizagem organizacional contínua (European Agency for Safety and Health at Work, 2016).

Em Portugal, a aplicação deste conceito em meio escolar implica ir além da prevenção de riscos físicos, integrando também a promoção de comportamentos seguros e conscientes entre todos os membros da comunidade educativa. Segundo a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (2014), a cultura de segurança nas escolas exige uma abordagem transversal e estruturada, que promova atitudes de responsabilidade, cooperação e cidadania ativa entre alunos, professores e toda a comunidade escolar.

Independentemente da definição adotada, o conceito remete, no contexto escolar, para o conjunto de valores, atitudes, percepções e comportamentos partilhados pela comunidade educativa, os quais moldam o compromisso com a segurança e determinam as práticas de prevenção e resposta a situações de risco. É neste sentido que se torna fundamental desenvolver, desde os primeiros ciclos, competências práticas e cognitivas que preparem os jovens para enfrentar situações de emergência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e resiliente.

Nos últimos anos, várias iniciativas e referenciais têm sido promovidos pelas entidades governamentais com vista à consolidação desta cultura de segurança. Estas ações visam integrar de forma efetiva o tema da segurança no processo educativo, incentivando comportamentos responsáveis entre os diversos agentes escolares.

Entre essas iniciativas destaca-se o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, elaborado pela Direção-Geral da Educação (DGE), em parceria com o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). Este referencial propõe a introdução sistemática dos temas da segurança, defesa e paz nos *currícula* da educação pré-escolar, básica e secundária, promovendo uma cidadania ativa e responsável, o conhecimento dos direitos humanos e a valorização da Constituição da República Portuguesa. Para além disso, fomenta atitudes de prevenção de conflitos e de salvaguarda da segurança individual e coletiva (Direção-Geral da Educação et al., 2020).

Outro exemplo relevante é o Programa Escola Segura, uma iniciativa conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação, implementada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) desde 1992. Este programa tem como objetivo garantir a segurança no meio escolar e envolvente, através da prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança. As suas principais ações incluem o patrulhamento escolar por Equipas do Programa Escola Segura (EPES), a realização de ações de sensibilização sobre temas como bullying, consumo de substâncias psicoativas e segurança rodoviária, bem como o

apoio à elaboração e aplicação de planos de segurança escolar (Ministério da Administração Interna & Ministério da Educação, 2017).

Contudo, entre os referenciais analisados, é sobretudo o Referencial de Educação para o Risco que contempla, de forma direta, as temáticas abordadas neste estudo — nomeadamente o SBV e os meios de primeira intervenção de combate a incêndios. Esta abordagem, integrada na estratégia de Educação para a Cidadania, visa desenvolver competências de autoproteção e gestão de riscos desde os primeiros anos de escolaridade, contribuindo para comunidades mais conscientes e capacitadas. O referencial propõe ações concretas para identificar riscos, promover hábitos de segurança e fomentar atitudes adequadas em situações de emergência (Direção-Geral da Educação et al., 2014).

Estas políticas e programas revelam o empenho do Estado português na promoção de uma cultura de segurança escolar. No entanto, os dados empíricos deste estudo indicam que as práticas formativas atualmente implementadas não estão ainda a garantir o desenvolvimento efetivo das competências desejáveis. Apesar da existência de referenciais bem estruturados e de programas com metas claras, os resultados obtidos mostram que o perfil de saída dos alunos do ensino secundário encontra-se aquém do que seria expectável, sobretudo nas temáticas de SBV e do CI.

Esta constatação ganha particular relevância quando se considera que, para além de falhas nos conteúdos assimilados, também não existe uma avaliação sistemática e estruturada do impacto das políticas em vigor. Muitos dos programas atualmente em curso carecem de mecanismos formais de acompanhamento e monitorização de resultados, o que dificulta a identificação de boas práticas, a correção de falhas e a generalização de modelos eficazes no domínio da segurança.

Adicionalmente, mesmo com documentos orientadores amplamente divulgados, a implementação prática das medidas previstas revela-se desigual entre escolas. O relatório da Direção-Geral da Educação (Pina et al., 2023), resultante dos encontros com coordenadores da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania,

evidencia que muitas escolas enfrentam dificuldades na operacionalização das áreas que constam no referencial, entre as quais a segurança, devido a constrangimentos de tempo, recursos humanos e articulação com entidades externas. Esta realidade contribui para que, em muitas situações, as ações previstas como simulacros, oficinas práticas ou formações externas não sejam desenvolvidas de forma sistemática. Contudo, destaca-se positivamente o AEFPP, onde decorreu o presente estudo, que tem vindo a realizar simulacros de evacuação com regularidade ao longo dos últimos anos, demonstrando um compromisso continuado com a promoção de uma cultura de segurança no contexto escolar.

Com as devidas limitações, este estudo evidencia que os referenciais e políticas públicas, embora pertinentes e fundamentados, não se têm traduzido em conhecimento prático e aplicável por parte dos alunos. Tal realidade aponta para a necessidade de reavaliar os métodos pedagógicos utilizados, aumentar a frequência das formações práticas e reforçar a articulação entre escolas e entidades operacionais, assegurando que os objetivos definidos nos documentos oficiais se concretizam em competências reais.

5. A cultura de segurança no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó

A cultura de segurança no AEFP é fruto de um percurso histórico marcado pela progressiva consciencialização da importância da prevenção e da resposta organizada perante situações de risco. Este processo teve origem na sequência de um incidente grave, ocorrido na década de 1980, numa escola do Cartaxo, associado a uma fuga de gás que originou uma violenta explosão e vitimou mortalmente dois alunos da Escola Secundária do Cartaxo (RTP, 2010), impulsionando assim a necessidade de adotar práticas sistematizadas de segurança em contexto escolar. Foi neste enquadramento que, em 1993, se realizou o primeiro exercício de evacuação na então Escola Secundária do Bombarral.

No final da década de 1990, surgiram as primeiras Normas para a Elaboração de Exercícios de Evacuação nas Escolas, que orientavam os procedimentos a adotar durante simulações de emergência. Em 1999, no âmbito de um núcleo de estágio de Educação Física, foram organizados e sistematizados os primeiros planos internos de evacuação do estabelecimento de ensino.

Com o início dos anos 2000, a então Direção Regional de Educação de Lisboa criou um registo digital de eventos de segurança, no qual passaram a ser registadas todas as ocorrências relevantes nas vertentes de *safety* (segurança contra acidentes) e *security* (segurança contra ameaças intencionais). Contudo, a realização de exercícios regulares de evacuação perdeu consistência a partir de 2002.

A retoma desta prática verificou-se em 2007, com a realização de simulacros anuais, incluindo a realização, em 2008, de um “jogo cénico” de reconstituição histórica da Batalha da Roliça, aproveitado como exercício de evacuação. Em 2012, no âmbito da requalificação das instalações escolares promovida pela Parque Escolar, foi elaborado um Plano de Emergência que passou a integrar o plano de evacuação da escola-sede, já nas renovadas instalações do AEFP.

A partir da inauguração do novo edifício, a cultura de segurança passou a ter uma expressão mais sistemática. Foram instituídos dois momentos anuais obrigatórios: um exercício de evacuação interno e um simulacro realizado com o apoio dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. A Semana do Agrupamento passou a integrar *workshops* dinamizados pelos bombeiros, com especial enfoque nas temáticas da proteção civil e do SBV.

Em 2009, perante o contexto do surto de Gripe A (H1N1), foi sugerida pelo comandante do corpo de bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral a organização dos alunos do AEFP que, simultaneamente, integravam os quadros de infantes e cadetes da corporação. Dessa sugestão resultou a criação de um Grupo de Primeira Intervenção (GPI) composto por alunos do AEFP que, simultaneamente, integravam os quadros de infantes e cadetes dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. Este grupo teve como missão inicial assegurar a resposta operacional interna da escola em caso de infeção generalizada dos elementos da corporação local. Com o tempo, o GPI foi-se institucionalizando como um clube de complemento curricular, enquadrado pelo professor delegado de segurança e tutelado pelo comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral.

Desde então, o GPI tornou-se uma das expressões mais sólidas da cooperação entre a escola e os bombeiros, contribuindo de forma direta para a consolidação de uma cultura de segurança no seio da comunidade escolar. Os alunos que integram o grupo são formalmente reconhecidos nos Planos de Emergência e Evacuação, tendo funções definidas, como a identificação e isolamento da área sinistrada, a receção às equipas de socorro, o apoio à evacuação e a busca de vítimas. Identificam-se com coletes cor de laranja, possuem material próprio de primeiros socorros e um gabinete afeto às suas atividades. Adicionalmente, o grupo participa na dinamização de ações de sensibilização para os restantes alunos, funcionando como um elo entre a escola e os bombeiros, promovendo o voluntariado juvenil e o recrutamento de novos operacionais para a corporação local.

A relevância e inovação do GPI foram objeto de reconhecimento público, tendo o projeto sido destacado na revista PROCIV (revista oficial da ANEPC disponível no

Anexo A desta dissertação), como um exemplo nacional de boas práticas na articulação entre a escola e os serviços de emergência, e na construção de uma cultura de segurança ativa e participativa (Nunes, 2016).

No que respeita à formação em SBV, a escola mantém uma colaboração regular com os Bombeiros Voluntários do Bombarral. Desde 2014/2015, estabeleceu-se uma parceria, com periodicidade bienal, que permite aos diretores de turma encaminhar os seus alunos ao quartel para participarem em *workshops* de SBV. Paralelamente, num registo anual, os bombeiros deslocam-se à escola para lecionar sessões práticas integradas nos conteúdos programáticos da disciplina de Ciências Naturais, dirigidas aos alunos do 6.º e do 9.º anos.

Este conjunto de práticas permite afirmar que o AEFP construiu, ao longo das últimas décadas, um modelo institucional de referência em matéria de cultura de segurança, envolvendo alunos, professores, pessoal não docente e entidades externas. A articulação com os Bombeiros Voluntários do Bombarral constitui uma mais-valia estratégica para a promoção de sociedades mais seguras, resilientes e conscientes dos riscos.

A presente dissertação beneficiou de uma entrevista realizada ao professor Alberto Claudino Loureiro Nunes, docente de Educação Física e responsável pela área da segurança do AEFP até à sua aposentação em 2023, mentor do GPI e autor do artigo publicado na revista PROCIV sobre esta temática. O seu testemunho permitiu complementar e aprofundar a informação apresentada, nomeadamente sobre a génese e evolução do projeto, as práticas formativas adotadas e a articulação institucional com os bombeiros locais (Nunes, comunicação pessoal, 13 de junho de 2025).

6. Metodologia

A metodologia adotada nesta dissertação assenta num estudo de caso, aplicado ao AEFP, com enfoque descritivo e quantitativo. Segundo Stake (1995), um estudo de caso permite uma compreensão profunda de um fenómeno específico num contexto real e delimitado, sendo particularmente adequado quando se pretende explorar um “caso particular” com profundidade e detalhe. Apesar da abordagem quantitativa utilizada, a natureza contextualizada do estudo, centrado numa instituição específica, justifica a adoção desta metodologia. Desta forma, procurou-se recolher dados empíricos que permitissem aferir os níveis de literacia dos alunos em matéria de segurança, relacionando-os com variáveis contextuais e formativas.

O procedimento metodológico assentou na aplicação de um inquérito por questionário aos alunos do ensino secundário do AEFP do Bombarral, com o intuito de avaliar o seu conhecimento relativamente à atuação em situações de PCR e à utilização de meios de primeira intervenção de combate a incêndios como referência para situações de emergência. Pretendeu-se, com este inquérito, caracterizar o nível de conhecimento dos alunos em relação aos temas acima descritos, com base num conjunto de questões-diagnóstico e na identificação de possíveis lacunas.

Tendo por base a questão de partida “Estamos a capacitar corretamente os alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral para a aquisição de uma cultura de segurança, particularmente em situações de paragem cardiorrespiratória, e na correta atuação com os meios de primeira intervenção de combate a incêndios?”, foram definidos os seguintes objetivos específicos e hipóteses do estudo:

- Avaliar se os alunos têm conhecimentos suficientes para atuar em situações de PCR e para manusear corretamente os meios de primeira intervenção de combate a incêndios.

- Avaliar se os alunos sentem a necessidade de ter formação sobre manobras de reanimação e sobre a utilização de meios de primeira intervenção de combate a incêndios.
- Aferir se os alunos que já tiveram formação sobre SBV e/ou sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios revelam maiores conhecimentos sobre a correta atuação nestas temáticas do que aqueles que ainda não a receberam.

A aplicação do inquérito por questionário foi previamente autorizada pela DGE, através da plataforma oficial “Inquéritos em Meio Escolar”, disponível no seu sítio institucional. Esta autorização enquadra-se no disposto no Despacho n.º 15847/2007, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 140, de 23 de julho, que regula os procedimentos de submissão e apreciação de estudos e inquéritos realizados em contextos escolares.

A submissão do pedido foi realizada através do sistema MIME (Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (<http://mime.dgeec.mec.pt>)), após validação da orientadora da dissertação, assegurando o cumprimento dos requisitos éticos e legais exigidos para a recolha de dados em ambiente escolar. O documento de autorização encontra-se incluído no Apêndice A da presente dissertação. (Direção-Geral da Educação, n.d.)

Perante este contexto, e para avaliar a validade e o *design* do inquérito, foi realizado um estudo experimental através de um grupo de teste composto por uma turma do 9.º ano do AEFP. O questionário foi dividido em três partes, com um conjunto de questões específicas.

A primeira parte recaiu sobre a contextualização do estudo e sobre o consentimento informado dos alunos à sua participação no mesmo, havendo a possibilidade de não consentirem a recolha de dados. Nos casos em que não consentiram, os inquiridos não prosseguiram o inquérito e foram remetidos para uma mensagem de agradecimento. Importa salientar que, sendo a amostra composta por alunos menores de idade, embora não tenha sido solicitada formalmente a autorização dos

encarregados de educação, o inquérito seguiu todos os trâmites legais e éticos. Para o efeito, foi solicitada à DGE a validação do instrumento de recolha de dados e o diretor do agrupamento escolar foi informado da aplicação do inquérito, com o intuito de comunicar aos diretores de turma, que, caso o entendessem, poderiam informar os respetivos encarregados de educação.

A segunda parte do questionário recolheu dados de carácter sociodemográfico, como o género, o grupo etário, o ciclo e a área de ensino.

A terceira e última parte foi composta por questões específicas, de cariz técnico-prático, com base em bibliografia especializada e com o intuito de aferir o conhecimento dos alunos sobre as temáticas a avaliar, centrando as questões nos temas do SBV e na utilização dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios. As questões técnico-práticas relativas ao SBV foram iniciadas com uma pergunta sobre o conhecimento dos alunos relativamente à temática, onde poderiam declarar se alguma vez tiveram formação sobre o SBV. Caso o aluno respondesse afirmativamente, era remetido para uma segunda questão que tinha como objetivo recolher a entidade que ministrou a formação. Caso contrário, o inquérito era remetido para as questões técnico-práticas.

As dez questões seguintes eram referentes à temática do SBV. As duas primeiras questões iniciavam o tema, procurando entender qual o grau de conhecimento dos alunos sobre “O que é o número 112?” e “Qual é a entidade que recebe a chamada 112?”. Relativamente à primeira questão, o INEM esclarece que “O 112 é o Número Europeu de Emergência” (INEM, 2025). No que concerne à segunda questão de partida do tema, o Despacho n.º 8591-D/2016 define que a gestão operacional do serviço 112 compete à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSP), garantindo que os Centros Operacionais 112 (CO112) efetuam o atendimento ao público, identificam e caracterizam as ocorrências, dando o apoio especializado para situações especiais, ao nível da segurança pública, proteção civil ou emergência médica (Despacho n.º 8591-D/2016, 2016).

As restantes oito questões possuíam um grau de conhecimento técnico mais elevado, com o objetivo de avaliar a hipótese, colocada inicialmente, de que os

alunos com formação em SBV teriam uma taxa de acerto superior nas questões relacionadas com o tema, em comparação com os alunos sem formação SBV. A terceira questão foi formulada da seguinte forma: “Existe um conjunto de procedimentos que devemos fazer quando estamos perante uma pessoa que necessita de ajuda. O que deverá ser feito em primeiro lugar?”. A resposta correta seria “Verificar as condições de segurança”, tal como é documentado pelo Manual de Suporte Básico de Vida – DAE (2021). A quarta questão interrogava “De que forma podemos avaliar o nível de consciência de uma vítima?”, sendo a resposta correta a hipótese “Chamar pela vítima, perguntando em voz alta se “Está bem?”, “Sente-se bem?”, estimulando a vítima pelos ombros.” Já a quinta questão deste grupo retratava a “(...) forma como podemos avaliar se uma vítima, sem suspeita de trauma, não respira?”, sendo a resposta correta a verificação do VOS (Ver, Ouvir e Sentir) durante 10 segundos. (INEM, 2021)

Seguidamente, a sexta e sétima questões tinham como objetivo avaliar o grau de conhecimento dos inquiridos sobre os sinais que a vítima apresentava quando estava em PCR e o que deveria ser feito se se confirmasse a paragem cardiorrespiratória. Perante este contexto, a sexta e sétima perguntas eram, respetivamente: “Para que tenhamos a certeza de que uma vítima se encontra em paragem cardiorrespiratória, devemos ter a certeza absoluta de que:”; e “Caso se confirme que a vítima está em paragem cardiorrespiratória, o que devemos fazer imediatamente?”. A resposta correta para a primeira questão é “Está inconsciente e não respira”; e para a segunda questão é “Pedir ajuda ligando 112”.

As últimas três questões deste grupo tinham como principal intuito avaliar o grau de conhecimento técnico dos inquiridos relativamente a questões práticas de “saber-fazer” que estão presentes no protocolo de SBV. A oitava questão remetia para as relações de compressões torácicas e ventilações, tendo sido enunciada da seguinte forma: “Considerando uma vítima adulta, qual é a relação de compressões torácicas e ventilações que devemos aplicar quando a vítima está em paragem cardiorrespiratória?”, sendo a resposta correta a hipótese “30:2”. A nona questão deste grupo perguntava “Quando é que podemos suspender as manobras de suporte básico de vida?”, onde deveria ser respondido “Quando a ajuda

diferenciada chegar ou a vítima recupere ou o reanimador esteja exausto”. Por fim, a décima questão finalizava o tema do SBV com a pergunta “Devemos colocar uma vítima em Posição Lateral de Segurança (PLS) quando?”, à qual deveria ser respondido “A vítima esteja inconsciente e respire”.

Após a conclusão das perguntas sobre o tema do SBV, o inquérito evoluía para o tema dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios. Com o objetivo de caracterizar o grau de conhecimento dos inquiridos relativamente ao tema, este grupo de questões foi formulado com algumas perguntas sobre os meios de primeira intervenção e alguns casos práticos de atuação. O tema era iniciado com a questão “O que consideras um meio de primeira intervenção de combate a incêndios?”, em que deveria ser respondido “Extintor de incêndio, carretel de incêndio e manta ignífuga”. A resposta está descrita no Decreto-Lei n.º 368/99, de 18 de setembro, que estabelece que os meios de primeira intervenção têm como objetivo combater o incêndio na sua fase inicial, sendo a primeira intervenção garantida por todos ou alguns dos seguintes meios: a) extintores portáteis; b) bocas de incêndio armadas, com mangueiras rígidas; c) outros dispositivos equivalentes. (Decreto-Lei n.º 368/99, 1999)

De seguida, os inquiridos eram questionados sobre qual “(...) a forma mais correta de proceder perante um incêndio, na sua fase inicial, numa frigideira, panela ou tacho?”. De acordo com as hipóteses de resposta possíveis, a correta era “utilizar uma manta ignífuga ou pano húmido”. Estes meios de primeira intervenção atuam pelo método do abafamento, que consiste num método de extinção que limita o comburente através de uma ação exterior à própria combustão, impedindo a renovação do ar, diminuindo a concentração de oxigénio para valores a rondar os 14% na grande maioria dos casos. Este método é utilizado, essencialmente, em incêndios de menores dimensões (Guerra et al., 2006).

A próxima questão baseava-se na utilização de um extintor de incêndio, tendo sido formulada da seguinte forma: “Um extintor de incêndio é um equipamento para ser utilizado por:”, à qual deveria ser respondido “Qualquer pessoa”. Seguidamente, foi utilizado um caso prático de incêndio para avaliar o conhecimento dos inquiridos sobre situações reais de atuação neste tipo de cenários, tendo sido feita a seguinte

questão: “Qual a forma mais correta de proceder perante um incêndio, na sua fase inicial, num quadro elétrico?”. Das hipóteses propostas, deveria ser respondido “Utilizar um extintor de CO₂”. Os extintores de dióxido de carbono (CO₂) atuam através do abafamento e do arrefecimento, contendo dióxido de carbono em estado liquefeito, armazenado sobre pressão. Não sendo um condutor de eletricidade e não deixando qualquer resíduo, o CO₂ pode ser utilizado com grande eficácia em fogos com origem elétrica, particularmente em quadros elétricos. (Guerra et al., 2006)

A questão seguinte procurava avaliar o grau de conhecimento relativamente à utilização do carretel de incêndio. Para tal, foi formulado o seguinte: “Um carretel de incêndio é um equipamento para ser utilizado por...”. A resposta correta seria “Qualquer pessoa”. Para terminar as questões técnico-práticas, os inquiridos eram submetidos a um caso prático, ao qual deveriam responder com a forma de atuação mais correta perante o caso exposto. O cenário apresentado era o seguinte: “Estás perante um incêndio, na sua fase inicial, na sala de informática. Como deves proceder?”. A resposta correta seria: “Acionar a botoneira de alarme de incêndio e, de seguida, tentar extinguir o incêndio com o extintor existente na sala.”

Uma vez finalizadas as questões técnico-práticas, o inquérito era terminado com uma última questão relativamente às “Necessidades formativas”, tendo sido aplicada uma escala de Likert, com duas questões diretas. A escala tipo Likert é uma escala composta por um conjunto de questões ou frases nas quais se pretende que o inquirido manifeste o grau de concordância desde o “discordo totalmente” até ao “concordo totalmente” (Margarida & Da Cunha, 2007). A primeira possibilidade de resposta consistia no facto de os inquiridos sentirem necessidade de ter formação sobre Suporte Básico de Vida; e a segunda se sentiam necessidade de ter formação sobre Meios de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios. Nesta questão, os inquiridos tinham a possibilidade de responder “Discordo totalmente”, “Discordo”, “Concordo” e “Concordo totalmente”.

O questionário teve início no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco e foi concluído no dia quatro de abril de dois mil e vinte e cinco. Foi aplicado através da plataforma online Microsoft Forms, em contexto de sala de aula, sendo facultado

através da projeção de um código QR que permitia o acesso ao questionário para que os participantes respondessem utilizando um dispositivo móvel. O código QR (disponível no Apêndice C) de acesso ao questionário foi enviado previamente para o diretor do AEFP que, posteriormente, o enviou aos diretores de turma do ensino secundário. O tempo estimado para a conclusão do respetivo questionário era de cinco minutos, verificando-se que o tempo médio para a sua conclusão foi de oito minutos e 12 segundos.

De acordo com o projeto educativo do AEFP do Bombarral, em 2024, o ensino secundário do agrupamento era composto por 395 alunos, dos quais 253 alunos frequentavam o ensino secundário e 142 alunos os cursos profissionais. Tendo em conta os dados representativos da população e para que o estudo tivesse um grau de confiança de 95%, com uma margem de erro de 5%, eram necessárias 196 respostas. No entanto, foram obtidas um total de 224 respostas, garantindo que o inquérito tem o grau de confiança pretendido.

Os dados obtidos foram devidamente analisados e tratados através da utilização de ferramentas especializadas de análise de dados, que permitiram uma exploração sistemática e rigorosa da informação recolhida. Para garantir a fiabilidade e a validade dos resultados, recorreu-se a métodos estatísticos adequados à natureza dos dados e aos objetivos do estudo. Estes métodos possibilitaram a identificação de padrões, tendências e relações significativas entre variáveis, contribuindo de forma substancial para a interpretação dos resultados e para a construção de conclusões fundamentadas que serão apresentadas na secção seguinte.

7. Apresentação e discussão de resultados

7.1 Caracterização da amostra

O questionário foi iniciado com a questão do consentimento informado, como explorado no tópico anterior (ver ponto 6), onde apenas os inquiridos que consentiam a participação no estudo prosseguiram o inquérito. Dos 224 alunos inquiridos, apenas 12 (5% da amostra) não consentiram a participação no estudo. Contudo, as 212 respostas válidas recolhidas são estatisticamente suficientes para garantir um grau de confiança de 95%, com uma margem de erro de aproximadamente 4,59%. De acordo com os cálculos realizados para a população total de 395 alunos, seriam necessárias, pelo menos, 196 respostas para assegurar esse nível de confiança com uma margem de erro de 5%. Assim, a amostra obtida, por exceder esse mínimo, reforça a precisão e a fiabilidade dos resultados obtidos neste estudo, conforme descrito anteriormente.

7.2 Caracterização sociodemográfica

7.2.1 Género

A recolha e análise de dados revelou que houve uma maior incidência de respostas do género feminino, com 54% das respostas obtidas, correspondendo a 114 alunas, comparativamente a 92 alunos do género masculino, correspondendo a 43% do total da amostra (Figura 1). Considerando a composição da população total de alunos do ensino secundário do AEF (395 alunos), composta por 200 alunas (50,6%) e 195 alunos (49,4%), verifica-se que a distribuição da amostra está, de forma geral, alinhada com a distribuição de género da população. Ainda que se observe uma ligeira sobrerrepresentação do género feminino na amostra, essa diferença é marginal, não configurando, por si só, um viés estatisticamente relevante.

Foram ainda recolhidos 6 inquéritos onde os inquiridos preferiram não revelar o género, correspondendo a 3% da recolha de dados. Com base nos resultados obtidos, é possível concluir que a amostra apresenta um equilíbrio ao nível da

variável género, não se verificando qualquer impacto negativo decorrente desta distribuição no âmbito do estudo. Esta constatação reveste-se de particular relevância, considerando que as respostas e percepções dos participantes poderão variar em função do género.

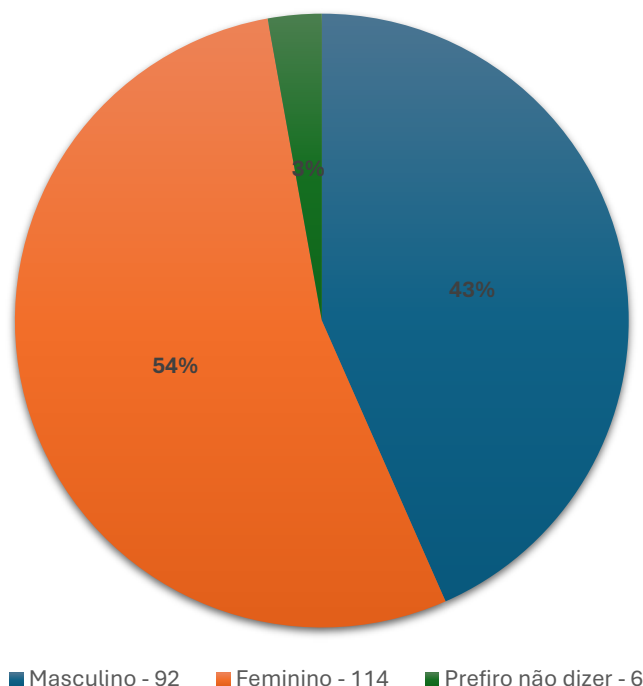


Figura 1- Gráfico representativo da distribuição das respostas por género

7.2.2 Faixa etária

No que respeita à distribuição dos inquiridos segundo a variável "faixa etária", verificou-se que a maioria dos participantes encontrava-se na faixa dos 17 anos, representando 34% do total de respostas. Seguem-se os alunos com 16 anos, com uma representatividade de 26%, os de 15 anos com 22%, e os de 18 anos com 16%. As faixas etárias dos 14 e 19 anos registaram uma expressão residual, com apenas 0,5% e 1%, respetivamente (Figura 2).

Importa salientar que as variações observadas nesta variável poderão ter implicações relevantes no estudo, na medida em que a idade pode estar associada a níveis distintos de aprendizagem, os quais poderão influenciar os resultados obtidos. Neste enquadramento, os dados recolhidos assumem particular

importância, permitindo direcionar com maior precisão eventuais programas de formação que possam emergir a partir das conclusões deste trabalho.

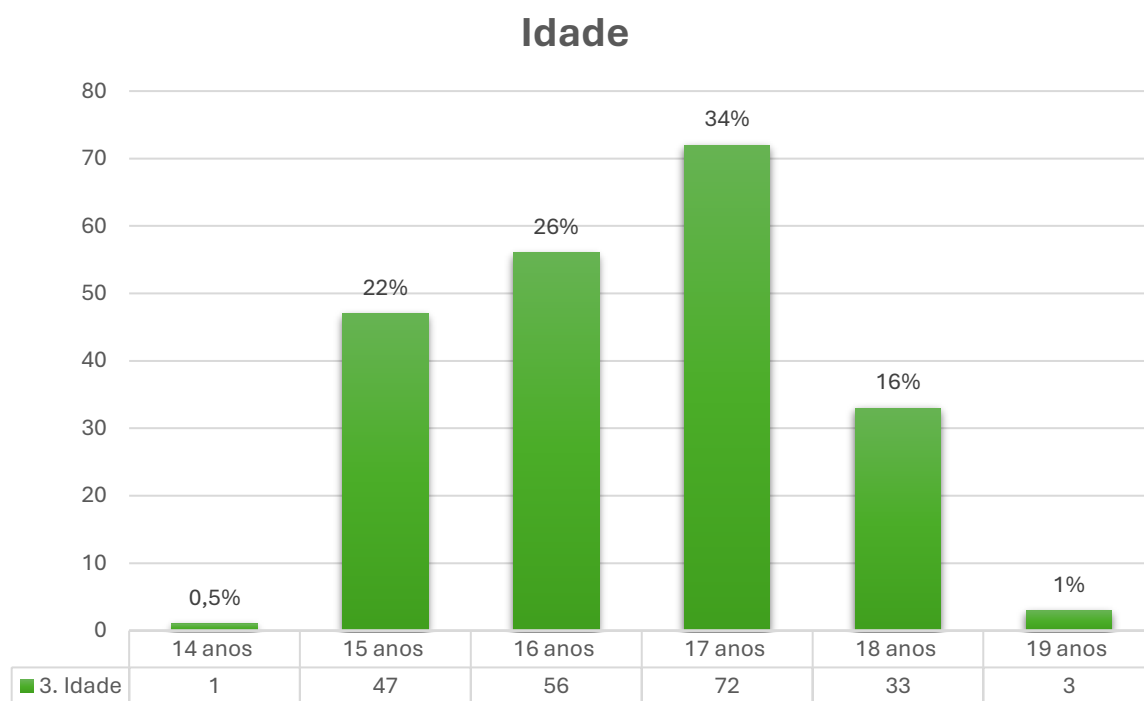


Figura 2 -Gráfico representativo da distribuição das respostas por idade

7.2.3 Escolaridade

No que se refere à distribuição dos inquiridos por ano de escolaridade, verificou-se que a maioria dos participantes frequentava o 10.º ano de escolaridade, representando 47% da amostra (n=99). O 12.º ano correspondeu a 37% das respostas (n=78), enquanto o 11.º ano apresentou uma menor representatividade, com apenas 17% dos inquiridos (n=35) (Figura 3).

Esta distribuição revela uma maior participação dos alunos em início e fim de percurso no ensino secundário, o que poderá influenciar as perceções recolhidas, tendo em conta os diferentes níveis de maturidade académica, experiência escolar e envolvimento com o processo educativo.

Importa referir que, no presente estudo, o ano de escolaridade apresenta uma correspondência direta com a idade dos alunos, uma vez que o número de alunos repetentes é residual. Assim, os resultados podem ser analisados considerando o ano de escolaridade como um indicador válido da etapa de desenvolvimento dos participantes. Este aspeto é relevante, pois o nível de escolaridade pode afetar a forma como os alunos interpretam e respondem às questões colocadas no inquérito.

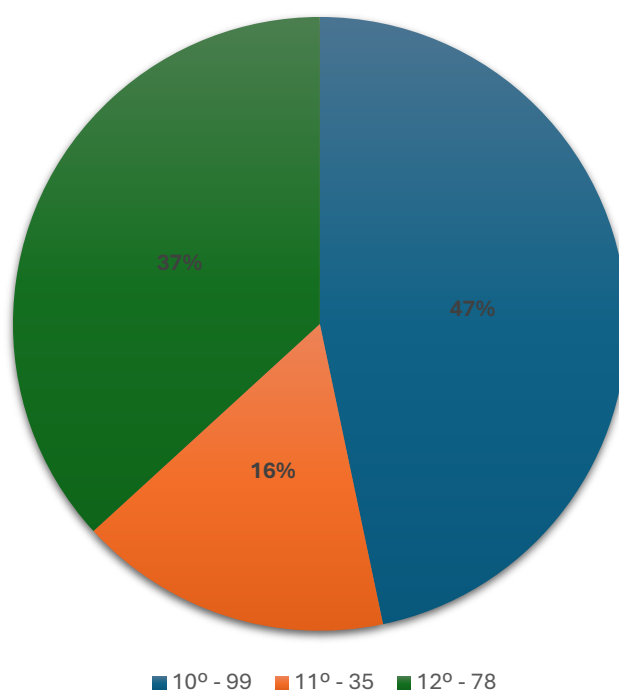


Figura 3 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por ano de escolaridade

Relativamente à distribuição dos inquiridos de acordo com a variável “qual é o curso que frequentas”, observa-se uma participação equilibrada entre os cursos científico-humanísticos e os cursos profissionais. Os cursos de Ciências e Tecnologias e de Línguas e Humanidades foram os mais representados, com 53 inquiridos cada um, correspondendo a 25% do total da amostra ($n=53$). Seguem-se o curso Técnico de Desporto, com 39 participantes (18%), e o curso de Ciências Socioeconómicas, com 18 respostas (8%).

Os restantes cursos apresentaram uma representatividade inferior. O curso Técnico de Cozinha/Pastelaria contou com 14 inquiridos (7%), o curso de Artes Visuais com 13 (6%), o curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural com 12 (6%) e, por fim, o curso Técnico de Restaurante/Bar com 10 respostas, representando 5% da amostra (Figura 4).

Esta diversidade na distribuição dos cursos frequentados permite uma análise mais abrangente das perceções dos alunos, uma vez que cada percurso formativo poderá estar associado a diferentes contextos de aprendizagem, expectativas e experiências educativas. Importa referir que, independentemente do curso frequentado no ensino secundário, todos os alunos tiveram contacto prévio com conteúdos relacionados com o SBV durante o 6.º e 9.º ano de escolaridade, no âmbito do conteúdo programático da disciplina de Ciências Naturais. No entanto, a forma como esses conteúdos foram abordados — em termos de profundidade, carga horária e estratégias pedagógicas — poderá ter variado significativamente entre turmas e escolas, influenciando assim os níveis de conhecimento evidenciados pelos alunos no presente estudo.

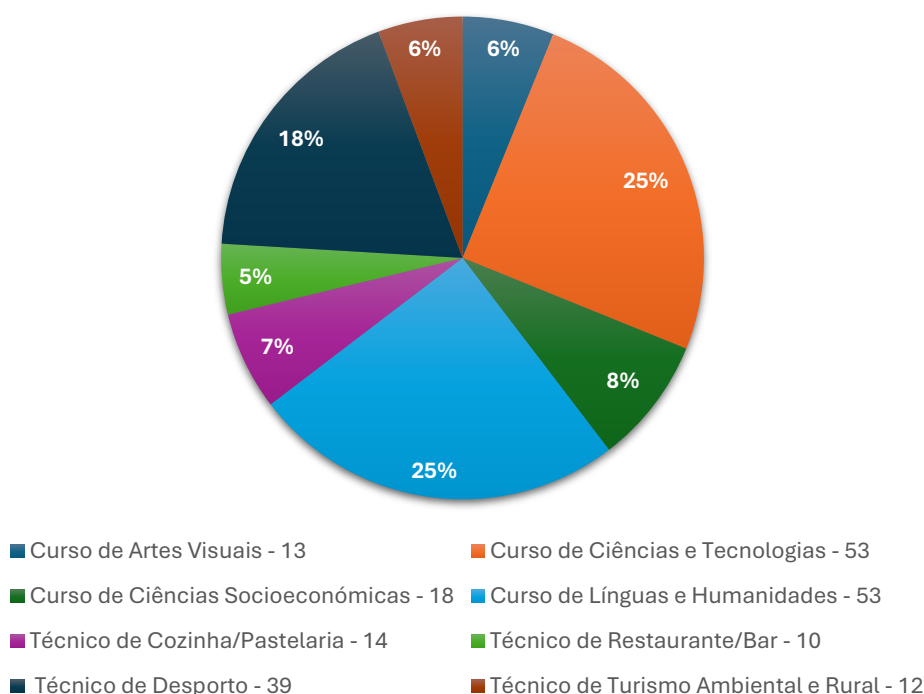


Figura 4 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por curso frequentado

Perante este contexto, os dados obtidos contribuem para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas escolares em função da área de estudo, podendo servir de base para uma adaptação formativa em função dos resultados obtidos.

No que diz respeito à análise da variável “em que ano concluíste o 3.º ciclo do ensino básico” ela permite perceber a origem escolar dos participantes e identificar a predominância de determinados agrupamentos escolares no percurso académico dos inquiridos, para que seja possível traçar um perfil de entrada, em matéria de segurança, no ensino secundário. Os dados demonstram que a grande maioria dos participantes (82%) concluiu o 3.º ciclo no AEF, o que evidencia um forte peso deste agrupamento na amostra.

Dos restantes respondentes, 5% são oriundos do Agrupamento de Escolas da Lourinhã, 2% do Agrupamento de Escolas do Cadaval e apenas 1% do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos. Não se registaram participantes provenientes do Agrupamento de Escolas de Peniche. É ainda de notar que 10% dos inquiridos indicaram "Outra" como resposta, o que pode corresponder a escolas fora da área geográfica principal do estudo, ou ainda a escolas privadas ou internacionais. Neste estudo foram colocadas como escolhas possíveis as escolas dos concelhos limítrofes do AEF, não tendo sido contempladas as escolas mais distantes, tendo sido colocada a opção de escola “outras” para prevenir estas situações (Figura 5).

Estes dados refletem uma concentração significativa de alunos provenientes de um único agrupamento escolar, o que pode influenciar a homogeneidade da amostra e deverá ser cuidadosamente considerado na interpretação dos resultados do estudo. Importa destacar que o agrupamento de escolas em que o inquirido concluiu o 3.º ciclo do ensino básico pode ter um papel determinante na sua formação em matéria de segurança, especialmente nos temas abordados nesta dissertação.

A existência ou ausência de conteúdos formativos nesta área poderá variar consoante as práticas pedagógicas de cada agrupamento. Neste contexto, o AEF assume-se como uma referência na promoção da formação em segurança (ver

ponto 5), o que poderá justificar um desempenho distinto por parte dos seus alunos. Assim, é expectável que os inquiridos oriundos de outros agrupamentos escolares apresentem resultados diferentes, hipótese essa que será posteriormente analisada através da correlação entre o agrupamento de conclusão do 3.º ciclo e a taxa de acerto nas questões do inquérito (ver ponto 4.5.6).

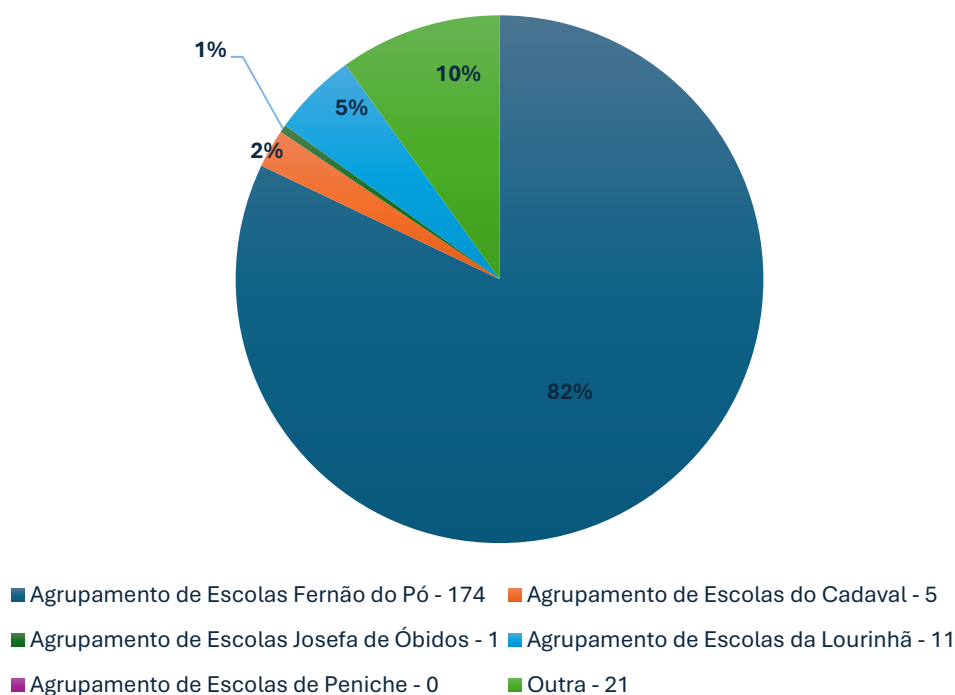


Figura 5 - Gráfico representativo da distribuição das respostas por escola onde foi concluído o 3º ciclo de ensino

7.2.4 Distribuição geográfica

No que diz respeito à distribuição geográfica dos inquiridos, verificou-se que a esmagadora maioria reside no concelho do Bombarral, representando 82% da amostra (n=173). Esta predominância é expectável, tendo em consideração que o estudo foi conduzido no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, localizado neste concelho. Seguem-se os concelhos da Lourinhã, com 8% dos participantes (n=18), e do Cadaval, com 6% (n=12). Os restantes concelhos revelaram uma participação residual: o concelho de Óbidos registou apenas uma resposta (0,5%), enquanto o concelho de Peniche não contou com qualquer inquirido (0%). Por fim, 4% dos participantes (n=8) indicaram residir noutros concelhos não especificados (Figura 6).

Esta concentração geográfica deve ser tida em conta na interpretação dos resultados, uma vez que a localização dos inquiridos pode influenciar o seu contexto educativo e social, refletindo-se nas perceções expressas ao longo do inquérito. Para precaver esta situação, foi colocado no inquérito uma questão relativa à localização da conclusão do ensino básico.

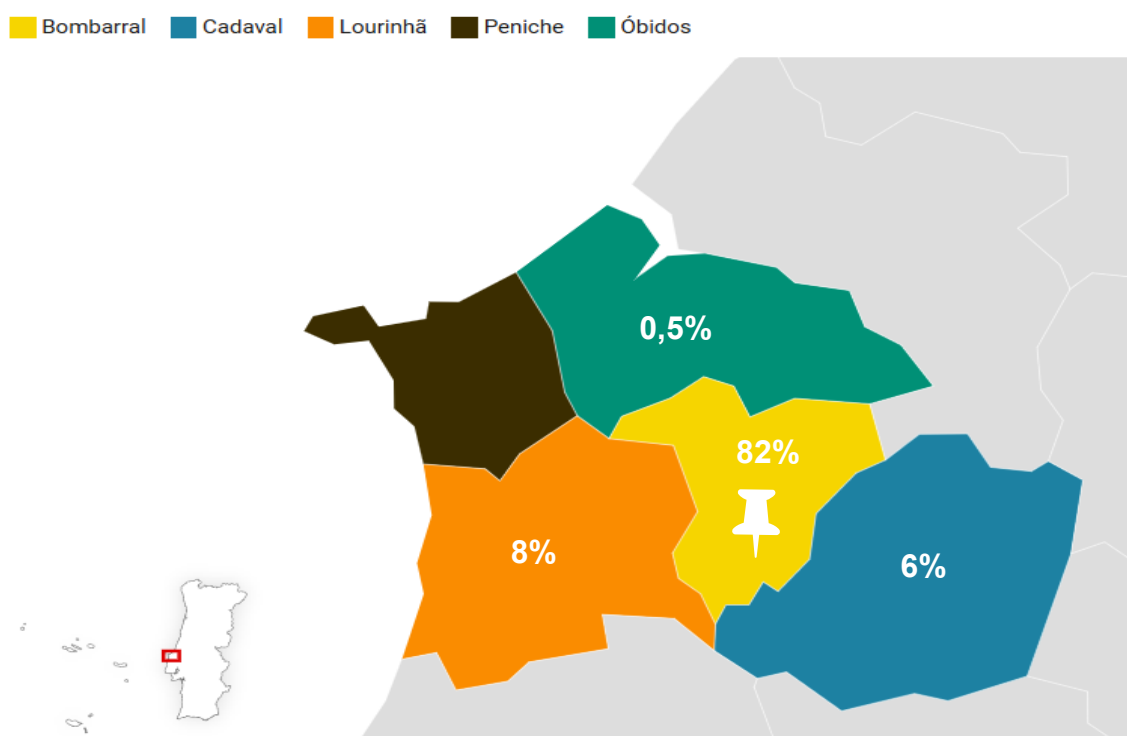


Figura 6 - Distribuição geográfica dos inquiridos

7.3 Caracterização do percurso formativo

O questionário incluía um conjunto de questões que tinham como objetivo caracterizar o percurso formativo dos inquiridos em matéria de SBV e sobre a utilização dos meios de primeira intervenção de combate a incêndios. Estas questões foram formuladas para que se pudessem correlacionar com as taxas de acerto nas questões correspondentes a cada tema, para que fosse possível testar as diversas hipóteses inicialmente propostas.

Perante este contexto e relativamente à variável “Tens alguma formação em suporte básico de vida”, os dados obtidos indicam uma distribuição relativamente equilibrada entre as respostas. Dos 212 participantes inquiridos, 49% (n=103) referiram possuir formação em suporte básico de vida, enquanto 51% (n=109)

indicaram não dispor dessa formação, ou seja, uma parte significativa da amostra não possui competências formais nesta área.

No que respeita à variável “Tens alguma formação sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios?”, observa-se uma clara predominância de respostas negativas. Dos 212 participantes da amostra, apenas 36 (17%) indicaram possuir formação nesta área, ao passo que 176 (83%) afirmaram não ter qualquer tipo de formação nesta temática. Estes resultados evidenciam uma lacuna significativa dos inquiridos no que concerne à formação nesta matéria.

No que diz respeito à variável “Qual foi a entidade que ministrou a formação de Suporte Básico de Vida (SBV)?”, observa-se que a maioria dos inquiridos (49%) recebeu esta formação no contexto escolar, mais concretamente através de sessões promovidas por bombeiros, na escola, em parceria com o AEFP. Segue-se a Associação de Bombeiros com 33% das respostas, o que revela a importância destas entidades na disseminação de competências em SBV. Uma percentagem menor dos participantes referiu ter obtido formação através da escola ministrada por professores (8%), pelos escuteiros (4%), por outras entidades (4%) ou pelo INEM (2%) (Figura 7).

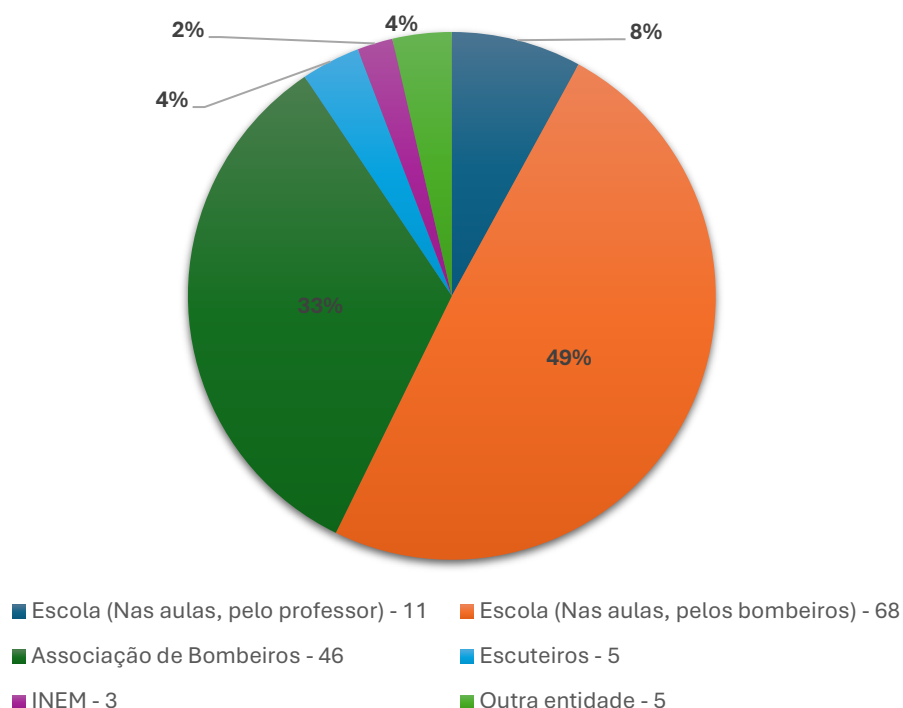


Figura 7 - Gráfico representativo da distribuição dos inquiridos de acordo com a entidade que ministrou a formação em SBV

Relativamente à variável “Qual foi a entidade que ministrou a formação sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios?”, os dados indicam que a maioria dos participantes (41%) recebeu formação ministrada por bombeiros no contexto escolar. Em segundo lugar surge a Associação de Bombeiros, responsável por 39% das formações. Um número mais reduzido de inquiridos refere ter obtido formação por via da escola, através do professor (12%), pelos escuteiros (6%) ou por outras entidades (2%). O total de respostas válidas nesta variável corresponde a 49 participantes, ou seja, apenas os que afirmaram previamente ter recebido este tipo de formação.

Estes resultados reforçam o papel das corporações de bombeiros, tanto em colaboração com as escolas como de forma autónoma, como principais responsáveis pela capacitação da população jovem em matéria de combate a incêndios (Figura 8).

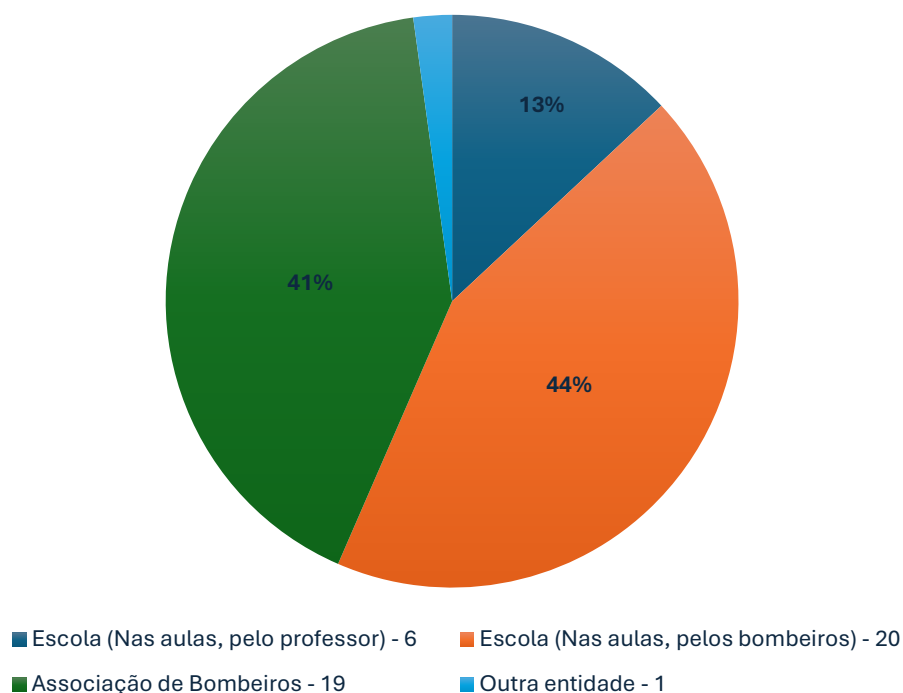


Figura 8 - Gráfico representativo da distribuição dos inquiridos de acordo com a entidade que ministrou a formação em meios de primeira intervenção de combate a incêndios

7.4 Análise correlacional

Após a apresentação descritiva dos dados recolhidos, procede-se neste ponto à análise correlacional entre um conjunto de variáveis consideradas relevantes no âmbito do presente estudo. Este tipo de análise visa identificar e compreender eventuais relações estatisticamente significativas entre variáveis, permitindo aprofundar o conhecimento sobre os fatores que podem influenciar determinados níveis de conhecimento dos inquiridos. De forma geral, os resultados obtidos na globalidade revelaram uma taxa de acerto de 48% no total do inquérito, indicando um nível moderado de conhecimentos por parte dos participantes nas temáticas avaliadas.

Através da aplicação de métodos estatísticos apropriados será possível avaliar o grau e a direção das associações entre variáveis como a formação em Suporte Básico de Vida (SBV), a formação em meios de combate a incêndios, o género, a área de estudo, entre outras. Esta abordagem permitirá verificar se determinados perfis sociodemográficos ou contextos de formação estão associados a uma maior taxa de acerto no inquérito, contribuindo assim para uma análise mais robusta e fundamentada das hipóteses formuladas.

7.4.1 Correlação entre formação em SBV e desempenho nas questões SBV

Uma das correlações mais relevantes para os objetivos deste estudo incide sobre a relação entre a variável “teve formação em Suporte Básico de Vida (SBV)” e o desempenho dos participantes nas questões diagnósticas sobre esta temática. Através desta análise pretendeu-se averiguar até que ponto os inquiridos que possuíam formação em SBV tinham um maior conhecimento sobre a temática, comparativamente aos inquiridos que não tinham formação em SBV.

Esta correlação revelou resultados que corroboram a hipótese formulada no início do estudo “Aferir se os alunos que já tiveram formação sobre SBV e/ou sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios revelam maiores conhecimentos

sobre a correta atuação nestas temáticas”. Os alunos que indicaram ter recebido formação em SBV tiveram uma taxa média de acerto de 59% nas questões diagnósticas referentes à temática do SBV. Por outro lado, entre os alunos sem qualquer formação nesta área, a taxa média de acerto foi de 50% (Figura 9) .

Esta taxa média de acerto corresponde à média aritmética das percentagens de respostas corretas obtidas individualmente por cada aluno nas questões específicas sobre SBV e CI. Ou seja, para cada participante foi calculada a percentagem de respostas certas, sendo depois obtida a média global para cada grupo (com e sem formação, neste caso). Este indicador permite comparar o desempenho médio dos dois subgrupos de forma padronizada e estatisticamente representativa.

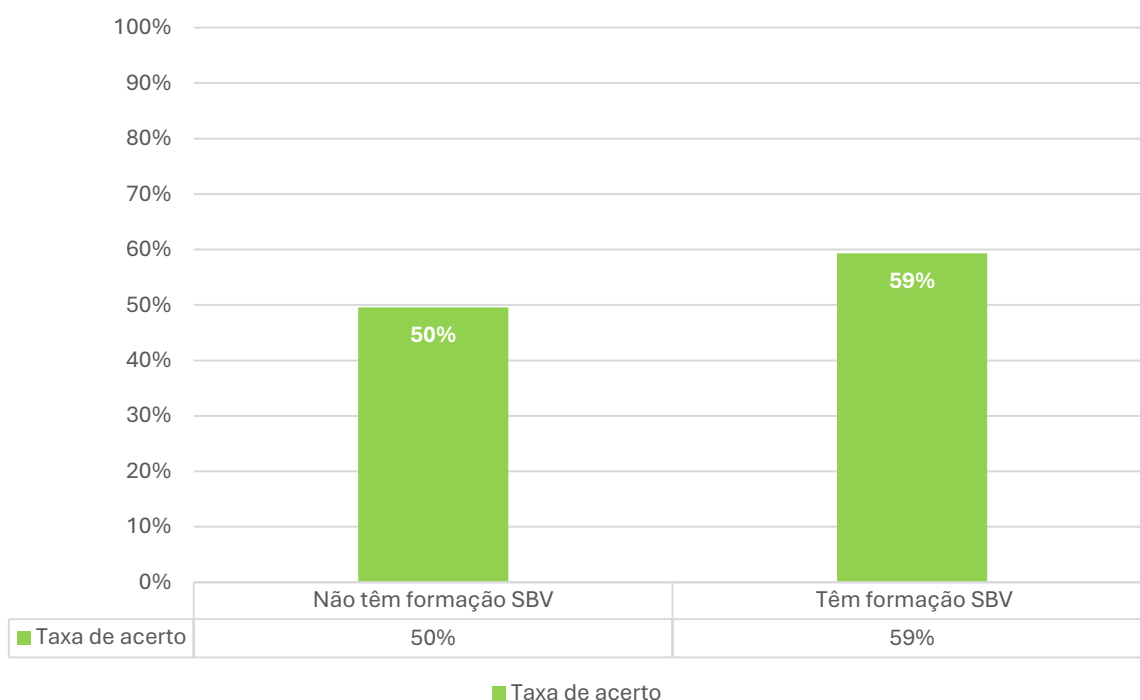


Figura 9 - Taxa média de acerto no grupo de questões diagnósticas "SBV" em função da existência de formação prévia

Estes dados indicam uma ligeira diferença positiva no desempenho dos alunos com formação, sugerindo que a aquisição de conhecimentos específicos através de ações formativas contribui efetivamente para uma melhor compreensão e aplicação dos procedimentos associados ao SBV. Embora a diferença entre os grupos não

seja extremamente acentuada, ela valida a hipótese de que a formação está associada a um maior nível de conhecimento prático e teórico. Este resultado reforça a importância da formação estruturada como instrumento de capacitação e preparação dos indivíduos para atuar em situações de paragem cardiorrespiratória, melhorando o perfil de saída dos alunos do ensino secundário em matéria de segurança.

7.4.2 Correlação entre formação em CI e desempenho nas questões de CI

A análise da relação entre a variável "formação em combate a incêndios" e a taxa média de acerto nas questões relacionadas com esta temática revelou resultados contrários à hipótese inicialmente colocada. Esperava-se os alunos com formação prévia demonstrassem maior domínio sobre os procedimentos corretos em situação de incêndio. Contudo, os dados recolhidos indicam que os alunos com formação em combate a incêndios obtiveram uma taxa de acerto de 45%, enquanto que os alunos sem formação obtiveram uma taxa de acerto média ligeiramente superior, de 47%.

Estes resultados sugerem que, neste contexto específico, a formação em combate a incêndios não se traduziu numa melhoria efetiva do conhecimento teórico sobre o tema.

Este contraste torna-se ainda mais evidente quando comparado com os resultados observados na temática de SBV, onde a formação teve um impacto mais positivo nos níveis de acerto. A ausência de uma correlação positiva poderá estar relacionada com diversos fatores, nomeadamente a qualidade, duração, ou atualidade da formação recebida, sendo relevante, num estudo futuro, aferir quem ministrou a formação e em que moldes esta ocorreu.

De referir ainda que, independentemente da variável considerada (com ou sem formação em CI), ambos os grupos apresentam uma taxa média de acerto inferior a 50%, o que revela lacunas importantes nos conhecimentos adquiridos sobre a temática do combate a incêndios. Estes dados são preocupantes, especialmente

se tivermos em conta o perfil de competências esperado à saída do ensino secundário, que deveria incluir noções básicas de segurança e resposta a emergências, fomentando sociedades mais seguras.

7.4.3 Correlação entre a entidade formadora e a taxa de acerto em SBV e CI

A análise da influência da entidade que ministrou a formação em SBV sobre o desempenho dos alunos evidencia diferenças significativas nas taxas médias de acerto, refletindo, possivelmente, a qualidade, profundidade ou metodologia da formação recebida.

Como se pode verificar na Figura 10, os dados indicam que a taxa média de acerto na formação promovida exclusivamente por bombeiros, quer através de associações de bombeiros (59,63%), quer nas aulas, pelos bombeiros (55,25%), representa uma parcela significativa da amostra (26,21% e 38,83%, respetivamente), com resultados médios sólidos, embora não os mais elevados. Quando estas entidades são combinadas — como em “Escola (nas aulas, pelos bombeiros); Associação de Bombeiros” — o desempenho sobe para 61,25%, sugerindo que a diversificação e repetição da formação pode potenciar melhores resultados.

Por outro lado, formações exclusivamente ministradas na escola, por professores, revelam uma taxa de acerto significativamente inferior (30%), com melhorias apenas quando combinadas com outras entidades externas, como bombeiros ou o INEM. Esta realidade reflete uma lacuna estrutural na abordagem educativa nacional às temáticas da proteção civil e emergência. Apesar de o cidadão ser reconhecido como o primeiro agente de proteção civil, essa responsabilização não se traduz, na prática, numa estratégia educativa eficaz e sistematizada. Em contraste, e segundo o jornal Salamanca 24 horas (Salamanca 24 horas, 2025), Espanha anunciou a implementação, a partir de setembro, de um plano nacional de formação em proteção civil em todos os níveis de ensino, com conteúdos

obrigatórios a partir de 2025-2026. Este programa inclui prevenção, autoproteção, uso do 112, gestão de risco e apoio psicológico, sendo ministrado por profissionais especializados com formação complementar para os docentes. Esta iniciativa destaca-se pela sua ambição e coerência pedagógica, reforçando o papel ativo dos cidadãos desde a infância — um exemplo estruturado que contrasta com a fragmentação e informalidade que ainda caracterizam a abordagem em Portugal.

De facto, os melhores desempenhos (superiores a 70%) foram registados em situações onde a formação foi ministrada por diversas entidades, como por exemplo:

- “Escola (nas aulas, pelo professor); Escola (nas aulas, pelos bombeiros); Outra entidade” – 90%
- “Escuteiros; Outra entidade” – 80%
- “Escola (nas aulas, pelos bombeiros); Associação de Bombeiros; Escuteiros” – 80%

Estes casos, embora com peso amostral reduzido (0,97%), indicam que a exposição a múltiplos contextos e agentes formadores contribui para um desempenho superior, possivelmente por permitir repetição, reforço e variedade na abordagem pedagógica.

Por contraste, combinações de entidades sem grande articulação ou com presença ocasional, como “Escola; Outra entidade” ou “Escuteiros; Escola”, demonstraram taxas de acerto baixas (20%), reforçando a importância da qualidade e coesão formativa (Figura 10).

Em síntese, os dados apontam para uma maior eficácia da formação prática e especializada em SBV, particularmente quando conduzida ou complementada por entidades externas como os bombeiros ou o INEM. A diversidade de fontes formativas, desde que bem coordenada, surge como um fator determinante para o sucesso na aprendizagem e retenção de conhecimentos em SBV, como os dados deste estudo revelam.

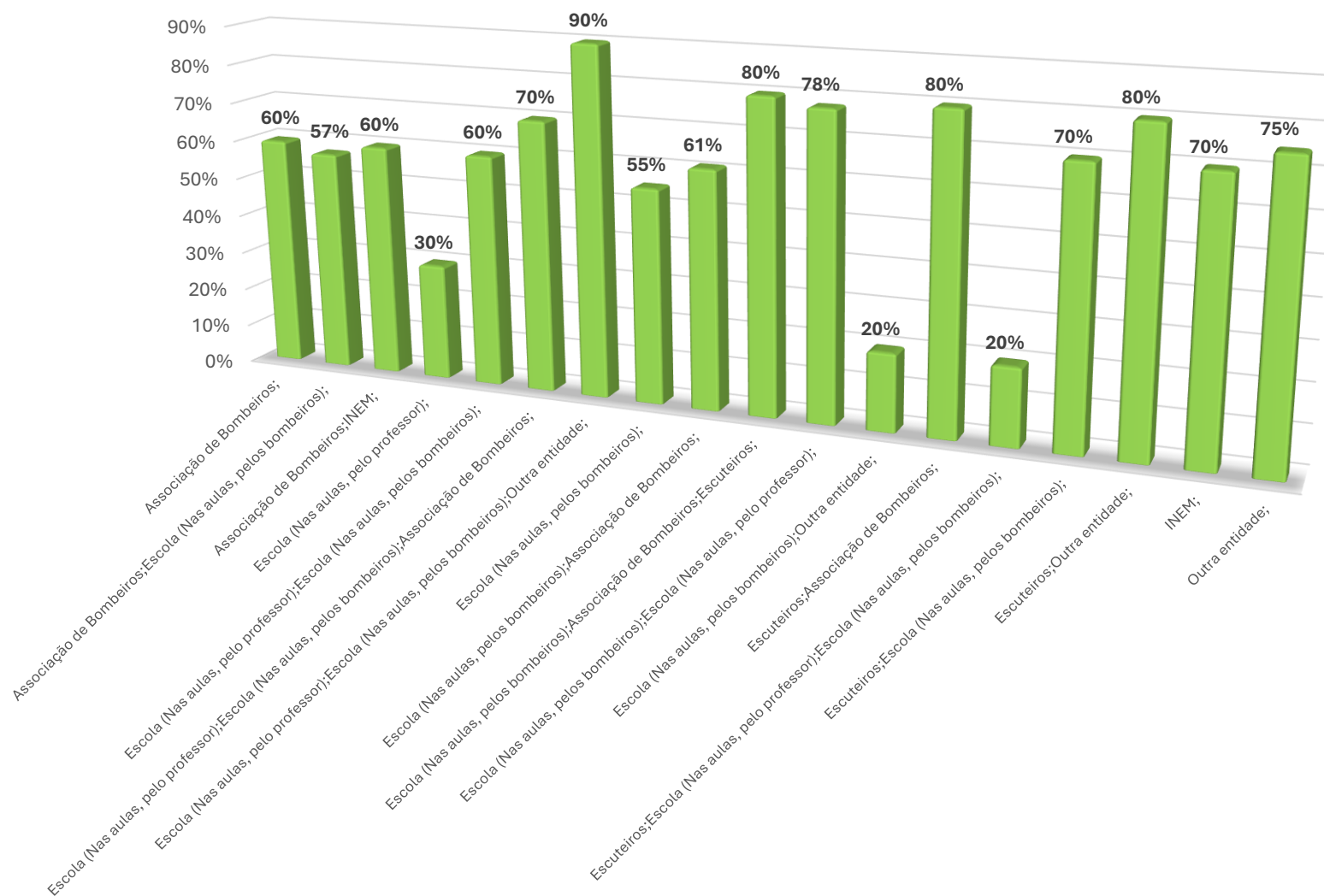


Figura 10 - Gráfico representativo da correlação da variável "entidade que ministrou a formação em SBV" com a taxa de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV

Relativamente à análise da relação entre a entidade responsável pela formação em CI e os resultados obtidos nas respetivas questões diagnósticas verificam-se variações consideráveis no desempenho, sugerindo que o tipo e a combinação de entidades formadoras pode influenciar significativamente o nível de conhecimento adquirido pelos alunos, como verificado na correlação anterior sobre a temática do SBV.

Como é possível constatar na Figura 11, as formações exclusivamente promovidas pelos bombeiros ou nas aulas pelos bombeiros revelaram desempenhos moderados, com 38% e 39% de taxa média de acerto, respetivamente — ainda que representem os maiores segmentos da amostra (27,78% e 33,33%), o que lhes confere algum peso estatístico. A combinação “Escola (nas aulas pelos bombeiros); Bombeiros” resultou numa taxa de acerto ainda mais baixa (25%), o que poderá refletir a ausência ou redundância na abordagem formativa.

Em contrapartida, combinações de entidades mais diversificadas tendem a produzir melhores resultados. Casos como “Escola (nas aulas pelo professor); Bombeiros” e “Bombeiros; Escuteiros” registaram 67% de acerto, e destacam-se pela abordagem plural e participativa, o que pode facilitar a retenção de conhecimento prático. A melhor taxa registada (83%) ocorreu nas formações promovidas por “Outra entidade” ou pela combinação de “Escola (nas aulas pelos bombeiros); Bombeiros; Escola (nas aulas pelo professor)”, ainda que com uma amostra reduzida (2,78%), devendo, portanto, ser interpretada com cautela (Figura 11).

Este padrão repete a tendência observada noutras análises: a formação isolada, mesmo por agentes especializados como os bombeiros, pode não ser suficiente para maximizar o desempenho dos alunos. Acresce que, por vezes, essas formações apresentam conteúdos contraditórios entre si ou com o que é lecionado na escola, o que gera confusão e fragiliza a aquisição de conhecimentos fundamentais. Em contraste, a formação colaborativa e multidisciplinar — sobretudo quando integra a escola, entidades externas e metodologias coerentes e complementares — revela-se mais eficaz, potenciando significativamente os

resultados. Esta articulação entre os diferentes intervenientes contribui para uma aprendizagem mais integrada, sólida e significativa.

Estes dados reforçam a necessidade de uma estratégia formativa integrada e coordenada nas escolas, promovendo sinergias entre professores, agentes de proteção civil e organizações comunitárias para uma educação mais eficaz em contextos de emergência.

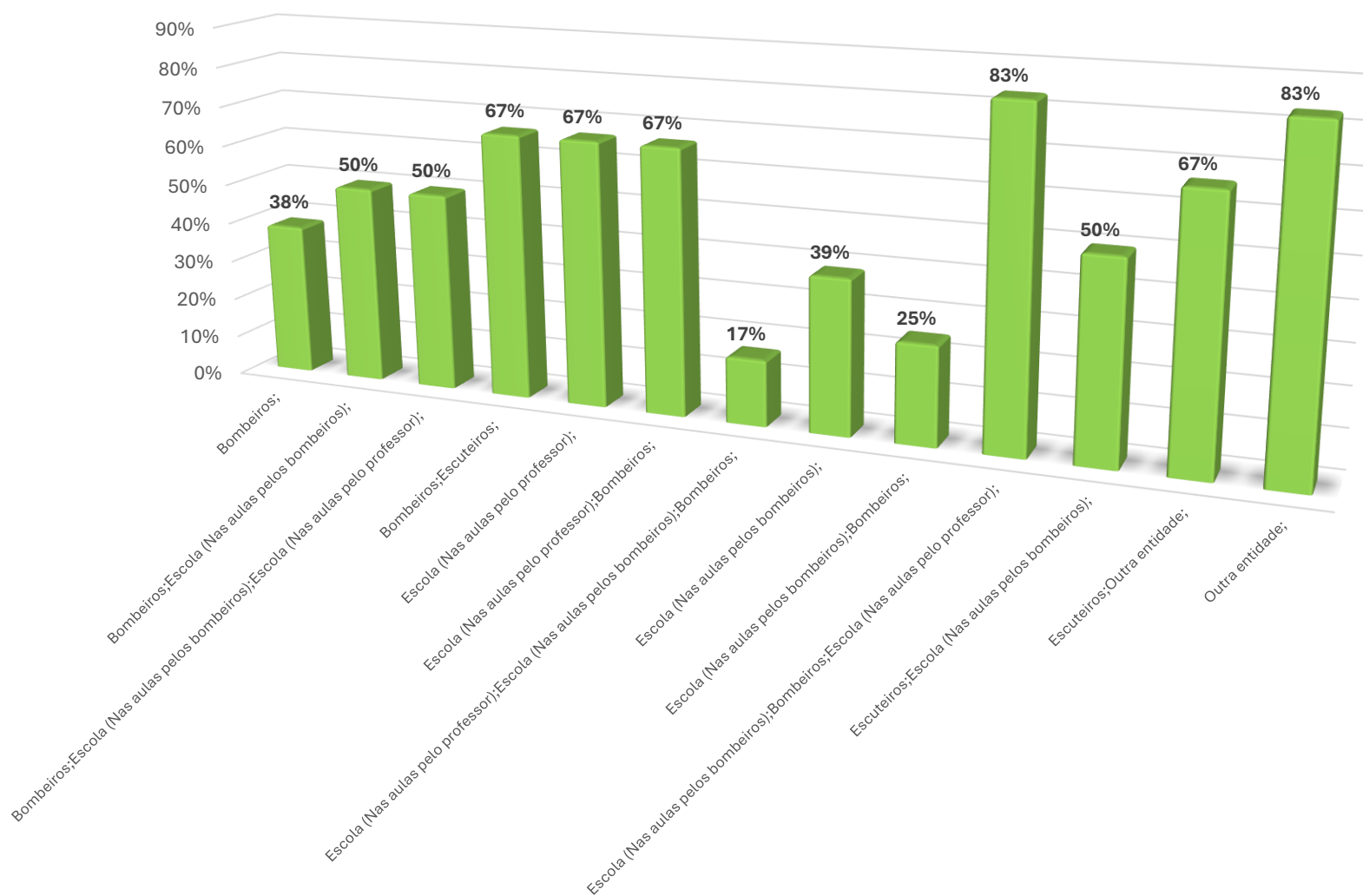


Figura 11 - Gráfico representativo da correlação da variável "entidade que ministrou a formação em CI" com a taxa de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI

A análise comparativa entre os desempenhos dos alunos nas questões diagnósticas de SBV e de CI, em função da entidade responsável pela formação, evidencia padrões claros e consistentes que reforçam a importância da qualidade, diversidade e articulação dos agentes formativos.

Em ambos os domínios, constata-se que as formações promovidas exclusivamente por uma única entidade — seja a escola (pelos professores) ou os bombeiros — resultam, na maioria dos casos, em desempenhos intermédios ou baixos. Por exemplo, no CI, formações apenas com bombeiros (38%) ou com professores (67%) revelam eficácia variável. De igual modo, no SBV, formações apenas com professores (30%) apresentaram os resultados mais baixos. Já formações promovidas exclusivamente por bombeiros oscilaram entre os 55% e os 60%, mas sem alcançar os melhores resultados.

Os melhores desempenhos, tanto em SBV como em CI, surgem de formações integradas e multidimensionais, nas quais participam várias entidades de forma coordenada, nomeadamente professores, bombeiros, escuteiros e outras instituições especializadas (ex.: INEM). Exemplo disto são as formações que, no SBV, envolveram três ou mais entidades, atingindo taxas de acerto de até 90%, e no CI, contextos similares alcançaram até 83%. Estas formações, ainda que com pequena representatividade amostral, indicam que a diversificação de agentes formativos potencia aprendizagens mais eficazes, sustentadas e significativas.

Adicionalmente, esta comparação revela uma tendência interessante: os alunos, no geral, demonstram melhor desempenho em SBV do que em CI, independentemente da entidade formadora, o que poderá indicar maior presença curricular ou sensibilização prática para o SBV nas experiências educativas anteriores.

Em suma, estes dados reforçam a importância de promover uma abordagem colaborativa e integrada na educação para a emergência e segurança, mobilizando não só os recursos internos das escolas, mas também entidades especializadas e movimentos juvenis. Apenas assim será possível garantir formações mais eficazes,

impactantes e transformadoras, contribuindo para a construção de sociedades mais preparadas e resilientes.

7.4.4 Correlação entre a idade e a taxa de acerto em SBV e CI

A análise dos dados referentes a esta correlação, expressos na Figura 12, permite observar variações no desempenho dos participantes nas questões diagnósticas sobre o SBV, em função da idade e do número de indivíduos por grupo etário.

Destaca-se o caso dos participantes de 14 anos, que registaram a taxa média de acerto mais elevada (90%). No entanto, este valor deve ser interpretado com alguma prudência, uma vez que diz respeito a apenas um participante ($n=1$), o que o torna estatisticamente irrelevante e sem poder generalizável.

Nos grupos dos 15 aos 19 anos, verifica-se uma variação moderada nas taxas médias de acerto: entre 50% (18 anos) e 67% (19 anos), respetivamente. A faixa dos 15 aos 18 anos apresenta valores relativamente próximos (entre 50% e 58%), sugerindo uma estabilidade no desempenho, embora sem evidência de melhoria com o aumento da idade. O grupo dos 19 anos ($n=3$) destaca-se com um desempenho mais elevado (67%), o que poderá refletir uma maior maturidade, experiência ou contacto prévio com conteúdos relacionados com o SBV (Figura 12).

No geral, não se verifica uma relação clara entre a idade e a taxa de acerto. Perante os dados recolhidos, existe um padrão que sugere que os alunos mais novos, nomeadamente os de 14 anos (com alguma prudência devido ao tamanho da amostra, $n=1$), poderão estar mais recentemente expostos a conteúdos relacionados com o SBV ou demonstrar maior retenção de conhecimentos básicos, enquanto os grupos etários intermédios evidenciam níveis mais baixos de desempenho.

A melhoria ligeira aos 19 anos pode estar relacionada com uma maior maturidade ou eventual contacto extracurricular com o tema. No entanto, de forma geral, não se observa uma relação consistente entre o aumento da idade e o desempenho, o que aponta para a possibilidade de outros fatores como a formação prévia, a motivação ou o contexto escolar terem um peso mais significativo nesta temática.

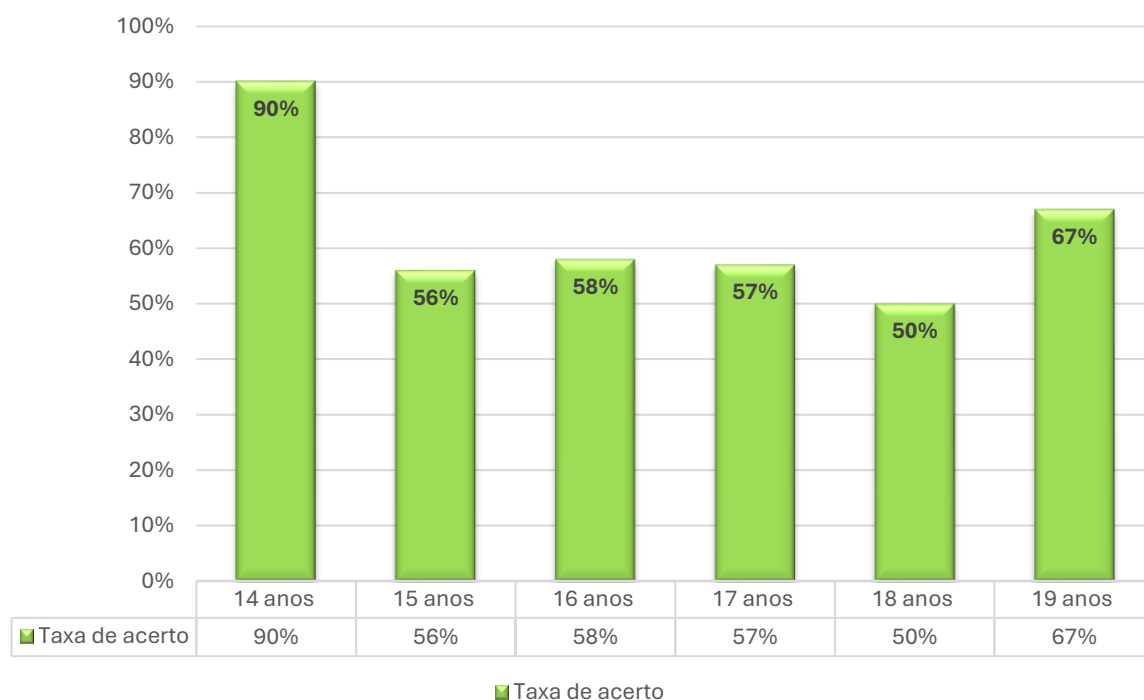


Figura 12 - Gráfico representativo da correlação da variável "idade" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV

Relativamente à análise dos dados referentes à correlação entre a variável “idade” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI verifica-se uma relação inversa entre a idade dos alunos do ensino secundário e a sua taxa média de acerto nas questões diagnósticas relativas ao combate a incêndios. Os resultados encontram-se organizados na Figura 13, onde se apresenta a taxa média de acerto por grupo etário, acompanhada da respetiva representatividade percentual na amostra total.

Observa-se que os alunos com 14 anos obtiveram a maior taxa média de acerto (67%), ainda que correspondam a apenas 0,47% da amostra, o que limita a generalização deste dado. À medida que a idade aumenta, verifica-se uma tendência decrescente no desempenho. Os alunos com 15 anos registam uma taxa de 52%, os de 16 anos descem para 43%, e os de 17 anos apresentam um ligeiro aumento para 46%, embora o valor se mantenha abaixo da média inicial. Por sua vez, os alunos de 18 anos atingem os 50%, e os de 19 anos apresentam a pior taxa média de acerto (28%), representando também uma pequena fração da amostra (1,42%).

Estes dados não evidenciam uma progressão consistente do conhecimento sobre CI com o aumento da idade, o que poderá indicar a inexistência de um reforço formativo sistemático ao longo da trajetória escolar. A ligeira variação positiva observada no grupo dos 18 anos, embora estatisticamente irrelevante, poderá resultar de fatores pontuais, como o interesse individual ou experiências extracurriculares de um ou mais alunos.

A fraca *performance* dos alunos mais velhos (nomeadamente os de 19 anos) pode também ser explicada por fatores como desinteresse, esquecimento dos conteúdos, ou desatualização da formação. No extremo oposto, a taxa de acerto de 90% registada pelo único aluno de 14 anos deve ser interpretada com cautela, uma vez que não reflete uma realidade estatisticamente significativa. Este caso corresponde a um *outlier*, resultante de uma entrada antecipada no percurso escolar, e que não difere curricularmente dos alunos de 15 anos. A sua elevada performance poderá dever-se a fatores individuais e não a diferenças estruturais na formação recebida.

Para uma correta análise destes dados é relevante considerar o peso amostral de cada grupo etário ao interpretar estes resultados, de forma a evitar conclusões enviesadas por valores extremos com pouca representatividade, como são os casos da faixa etária dos 14 e 19 anos, respetivamente.

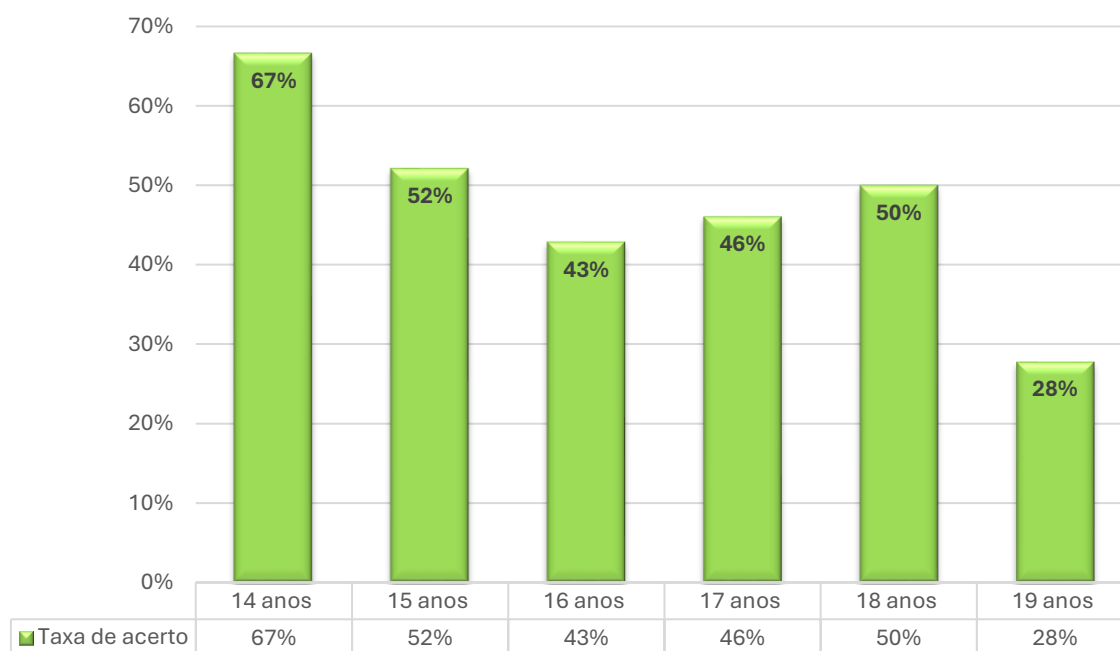


Figura 13 - Gráfico representativo da correlação da variável "idade" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI

7.4.5 Correlação entre o curso frequentado e a taxa de acerto em SBV e CI

A análise da correlação entre a variável “curso frequentado” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre SBV evidencia diferenças relevantes no desempenho médio dos alunos, em função da área de estudos ou do percurso técnico-profissional seguido. A Figura 14 apresenta as percentagens de acerto médias por curso, bem como o peso relativo de cada grupo no total da amostra.

Os alunos do Curso de Ciências e Tecnologias destacam-se com a melhor taxa de acerto (58,49%), representando também 25% da amostra, o que reforça a solidez estatística deste resultado. Seguem-se os alunos do curso Técnico de Restaurante/Bar (57,00%), embora com um peso amostral mais reduzido (5%), e os alunos do curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural (55,83%).

Também os cursos de Línguas e Humanidades (54,72%) e Técnico de Desporto (54,87%) apresentam desempenhos semelhantes e positivos, ambos com representatividade considerável (25,00% e 18,00%, respetivamente). Já os alunos do curso de Ciências Socioeconómicas obtêm uma taxa de acerto inferior (51,67%), enquanto os cursos com os piores desempenhos são o de Artes Visuais (49,23%) e o curso Técnico de Cozinha/Pastelaria (47,14%), embora ambos com representatividade reduzida (6% e 7%, respetivamente) (Figura 14).

Estes resultados parecem indicar que cursos com maior orientação científica ou técnico-prática relacionada com o corpo humano (como Ciências e Tecnologias ou Técnico de Desporto) tendem a obter melhores desempenhos nas questões de SBV. Esta tendência poderá estar associada a uma maior exposição a conteúdos de saúde ou à valorização da literacia em segurança no respetivo percurso curricular.

Por outro lado, os cursos com menor *performance* poderão beneficiar de intervenções educativas direcionadas, nomeadamente ações de sensibilização ou formação prática de SBV com mais periodicidade do que a que se verifica

atualmente, de modo a uniformizar os conhecimentos essenciais entre os diferentes percursos de ensino.

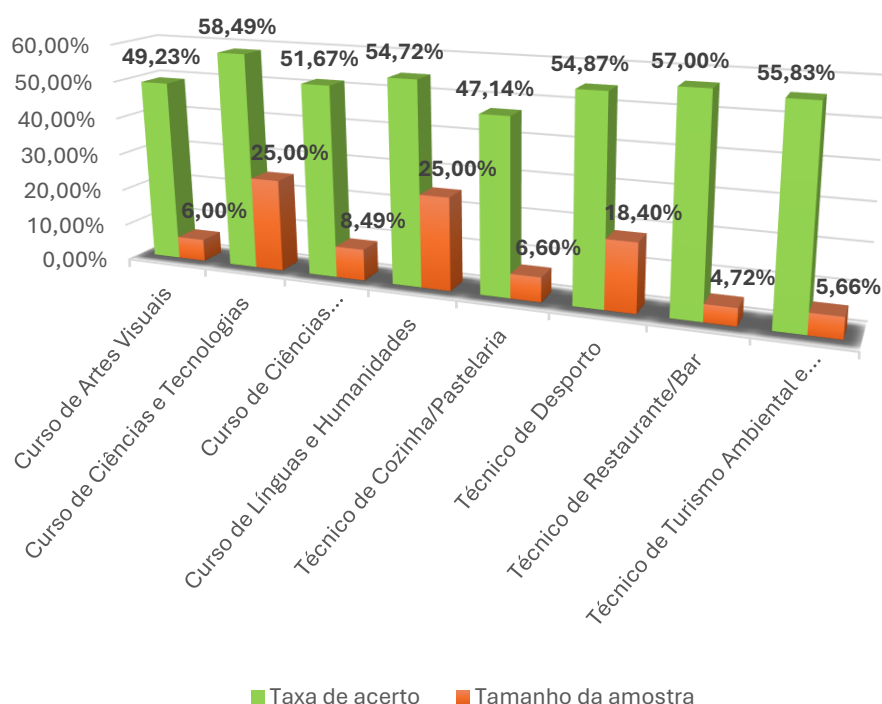


Figura 14 - Gráfico representativo da correlação da variável "curso frequentado" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV

Relativamente à correlação entre o “curso frequentado” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI pode-se constatar, de forma geral, uma variação considerável entre as diferentes áreas de formação.

Os alunos do Curso de Ciências e Tecnologias apresentaram a maior taxa de acerto (55%), com uma amostra representativa de 25% dos inquiridos. Seguidamente, foram observados dados menos satisfatórios nos Cursos de Ciências Socioeconómicas (49%) e de Cozinha/Pastelaria (48%), ainda que com menor representatividade amostral (8,49% e 6,60%, respetivamente). O Curso de Artes Visuais registou um desempenho de 47%, seguido do Curso de Línguas e Humanidades com 46%, ambos com níveis de participação de 6,13% e 25%, respetivamente.

Por outro lado, os cursos técnicos de Desporto, Restaurante/Bar e Turismo Ambiental e Rural evidenciaram as menores taxas de acerto, com 41%, 37% e 40%,

respetivamente. Destaca-se aqui a participação relativamente elevada dos alunos do curso de Desporto (18,40%) (Figura 15).

Os dados sugerem que os cursos com uma vertente científica mais marcada, como Ciências e Tecnologias ou Socioeconómicas, poderão estar associados a um maior nível de literacia sobre CI, possivelmente devido a uma maior exposição a conteúdos relacionados com segurança e cidadania. Já os cursos técnico-profissionais poderão carecer de um reforço mais sistemático destas temáticas nos seus currículos.

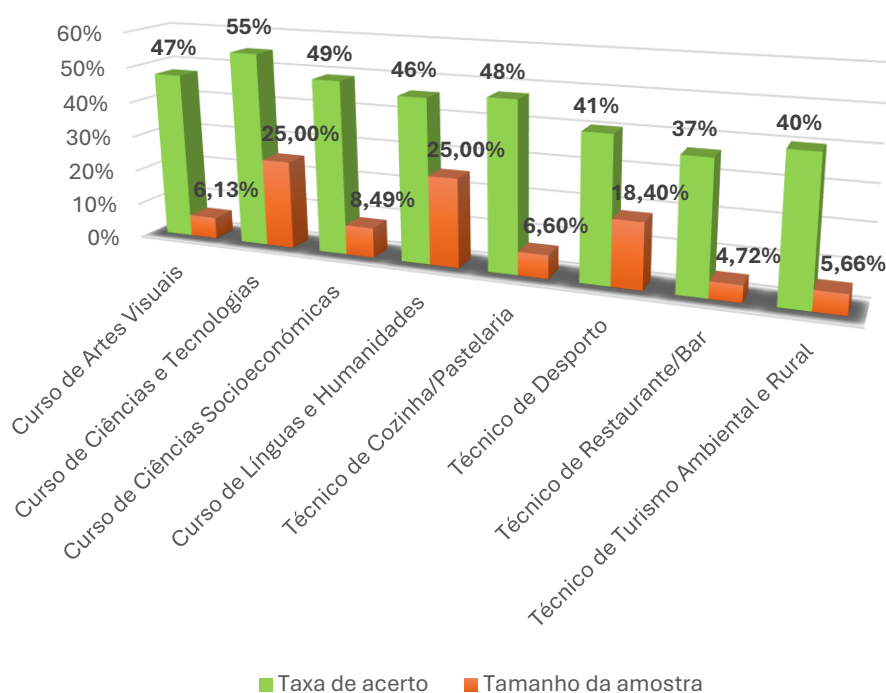


Figura 15 - Gráfico representativo da correlação da variável "curso frequentado" com a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI

A análise comparativa entre os desempenhos médios dos alunos nos domínios do SBV e do CI revela diferenças interessantes consoante o curso frequentado, apontando para possíveis lacunas nos conteúdos curriculares de cada área formativa.

Os cursos científico-humanísticos tendem a registar um desempenho globalmente superior em SBV. O Curso de Ciências e Tecnologias obteve a melhor taxa de acerto em SBV (58,49%) e manteve um valor elevado também em CI (55%). De

forma semelhante, o Curso de Línguas e Humanidades registou 54,72% em SBV, e 46% em CI, o que poderá refletir uma maior familiaridade com conteúdos de cidadania e intervenção social, mais presentes em algumas componentes curriculares.

No grupo dos cursos técnicos, o panorama é mais heterogéneo. Destaca-se positivamente o Curso Técnico de Restaurante/Bar que, embora tenha apresentado uma das piores taxas de acerto em CI (37%), revelou um desempenho muito superior em SBV (57%). Também o Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural registou uma discrepância favorável, com 40% em CI, mas 56% em SBV. Estas diferenças sugerem uma possível priorização, nestes cursos, de conteúdos ligados à saúde e primeiros socorros, mais do que na temática dos incêndios.

Por outro lado, o Curso Técnico de Desporto mostrou uma tendência oposta: valores díspares em ambas as áreas (41% em CI e 55% em SBV), tendo-se verificado um melhor desempenho no SBV. Já o Curso de Cozinha/Pastelaria registou valores muito próximos (47% em SBV e 48% em CI), o que pode indicar uma abordagem curricular relativamente equilibrada, embora moderada em profundidade.

O Curso de Artes Visuais teve resultados próximos nas duas áreas (49% em SBV e 47% em CI), sugerindo um conhecimento geral semelhante, mas sem especialização significativa em nenhuma das temáticas.

De modo geral, os dados apontam para uma maior valorização curricular dos conteúdos de SBV na maioria dos cursos analisados, em especial nos técnicos, onde há uma diferença média favorável da temática de SBV de até 20 pontos percentuais. Estes dados sugerem que existe uma aposta superior nesta temática comparativamente à de combate a incêndios. Esta constatação reforça a necessidade de fortalecer a presença de conteúdos de combate a incêndios nos planos curriculares do ensino secundário, como parte de uma formação mais abrangente em segurança e cidadania.

7.4.6 Correlação entre a escola de conclusão do 3º ciclo e a taxa de acerto em SBV e CI

A correlação entre a variável “escola de conclusão do 3º ciclo de ensino” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas é relevante na medida em que é possível identificar o perfil de saída dos alunos do 3º ciclo, referente ao nível de literacia sobre as temáticas em questão. Os resultados revelaram variações significativas na taxa média de acerto consoante o agrupamento escolar de origem dos inquiridos.

O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral apresentou a taxa média de acerto mais elevada (56,90%), destacando-se também pelo seu significativo peso amostral (82,08%), o que pode conferir maior robustez estatística à média observada neste grupo. Seguiram-se o Agrupamento de Escolas da Lourinhã (48,18%), o Agrupamento de Escolas do Cadaval (44,00%) e a categoria “Outra” (43,81%). Por fim, o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos registou a taxa de acerto mais baixa (40,00%), com um contributo residual para a amostra (0,47%) (Figura 16).

Estes dados sugerem que a escola de origem no final do 3.º ciclo de ensino pode exercer alguma influência no nível de literacia em SBV dos alunos, ainda que seja necessário cautela na sua interpretação, uma vez que o tamanho da amostra varia consideravelmente entre agrupamentos. Contudo, estes resultados demonstram que a maior taxa média de acerto do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó do Bombarral pode ser justificada com as boas práticas implementadas nesta instituição, facto que pode ter contribuído para os melhores resultados observados.

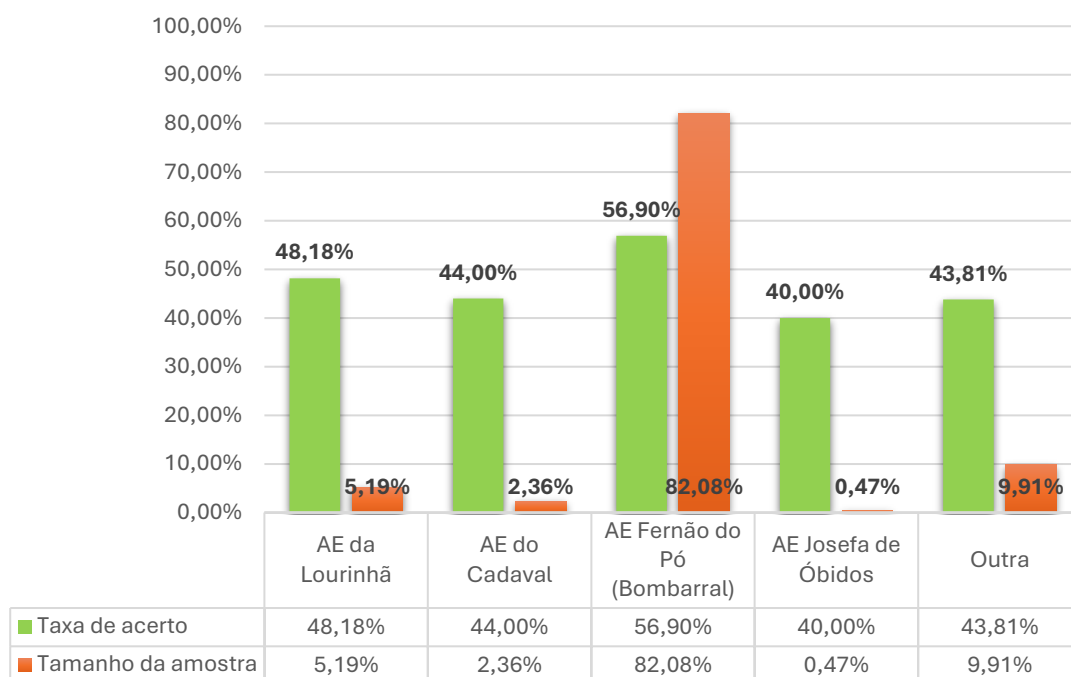


Figura 16 - Gráfico representativo da correlação entre a variável “escola de conclusão do 3.º ciclo de ensino” e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o SBV

Relativamente à análise da correlação entre a “escola de conclusão do 3.º ciclo de ensino” e o desempenho médio nas questões diagnósticas sobre o CI foram encontradas variações assinaláveis entre os diferentes agrupamentos escolares.

O Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos destacou-se com a maior taxa média de acerto (83%), embora com um contributo extremamente reduzido para a amostra global (0,47%), o que limita a generalização dos resultados. Em contraste, o Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (Bombarral), que representou a maior parte da amostra (82,08%), obteve uma taxa de acerto de 47%.

Face a esta realidade, sugere-se como trabalho futuro a aplicação do questionário a alunos de outros agrupamentos escolares da região, de modo a perceber se os padrões identificados se confirmam noutros contextos e até que ponto o modelo do AEFP poderá ser comparável ou replicável como referência em cultura de segurança escolar.

O Agrupamento de Escolas da Lourinhã registou um desempenho intermédio com 55% de acerto, seguido da categoria “Outra” com 45%, e, por fim, do Agrupamento

de Escolas do Cadaval, que apresentou a menor taxa de acerto (43%), também com um contributo reduzido na amostra (2,36%) (Figura 17).

Estes dados sugerem que a formação recebida no 3.º ciclo pode estar associada a diferentes níveis de preparação no domínio do combate a incêndios, havendo uma inversão na tendência verificada na correlação com as questões do SBV, sugerindo que os alunos do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, em matéria de combate a incêndios, revelam maiores níveis de conhecimento, o que não se verificou nas questões diagnósticas do SBV, onde revelaram ter o pior desempenho entre os agrupamentos verificados. No entanto, importa considerar a variação na representatividade de cada agrupamento, que pode influenciar a interpretação dos resultados e justificar a necessidade de estudos mais aprofundados com amostras mais equilibradas.

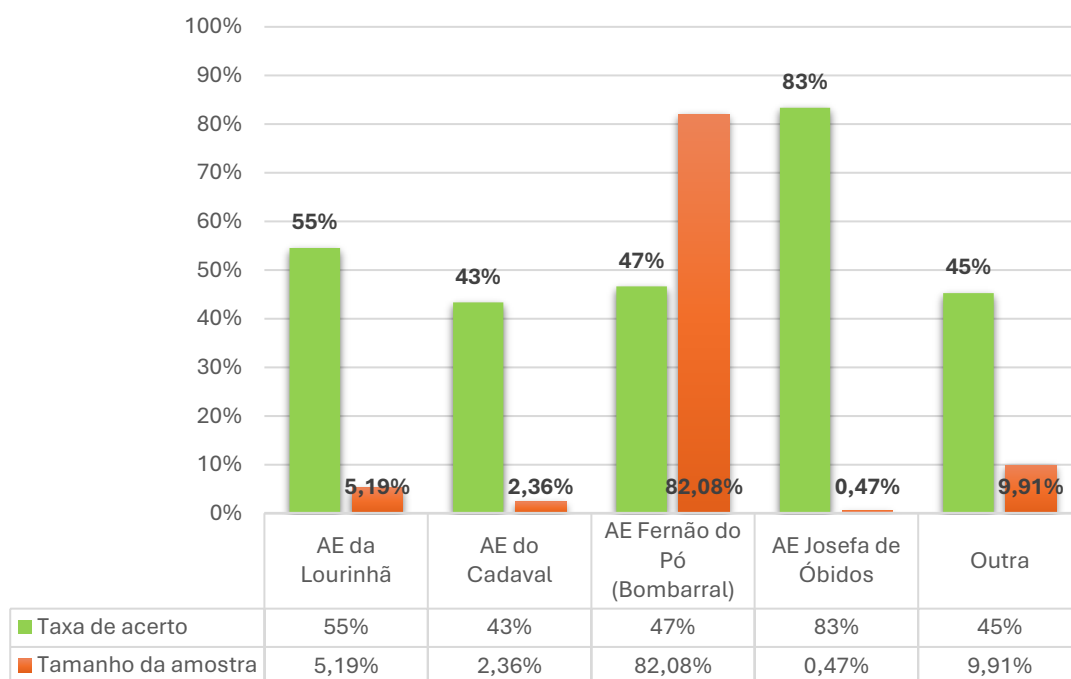


Figura 17 - Gráfico representativo da correlação entre a variável "escola de conclusão do 3º ciclo de ensino" e a taxa média de acerto nas questões diagnósticas sobre o CI

7.5 Percepção e expectativas dos alunos

A análise das respostas dos alunos à questão sobre a necessidade de formação em SBV revela uma percepção fortemente positiva e consensual quanto à importância desta temática no contexto escolar. Uma maioria clara dos inquiridos afirmou “concordar totalmente” (50,94%) com a necessidade desta formação, enquanto 42,92% indicaram “concordar” com essa mesma afirmação. Apenas uma minoria residual demonstrou alguma discordância: 5,66% “discordaram” e 0,47% “discordaram totalmente”. Estes resultados permitem inferir que mais de 93% dos alunos reconhecem a relevância de adquirir conhecimentos e competências na área do SBV, o que demonstra uma elevada sensibilidade e consciência juvenil para a importância da preparação para situações de emergência (Figura 18).

No que diz respeito ao CI, os níveis de concordância mantêm-se igualmente elevados: 48,58% dos alunos concordam e 46,70% concordam totalmente, totalizando 95,28% de percepção positiva quanto à necessidade de formação nesta temática, com apenas 4,72% a manifestar discordância (Figura 19).

Esta percepção positiva é particularmente relevante quando colocada em contraste com os níveis de desempenho efetivamente registados ao longo do estudo, sobretudo na área do CI, onde se verificaram taxas de acerto significativamente baixas, mesmo entre alunos com formação prévia. Tal discrepância sugere que os alunos reconhecem ativamente as suas próprias limitações nestas áreas e demonstram uma abertura clara à aprendizagem e à melhoria de competências em contextos de emergência.

A elevada concordância, em ambas as temáticas, deve ser interpretada como um sinal de motivação intrínseca dos alunos, refletindo uma consciência alargada da utilidade prática e social destes conhecimentos, reforçando a necessidade de estruturar programas formativos mais eficazes, articulados e ajustados às reais necessidades e expectativas da comunidade escolar.

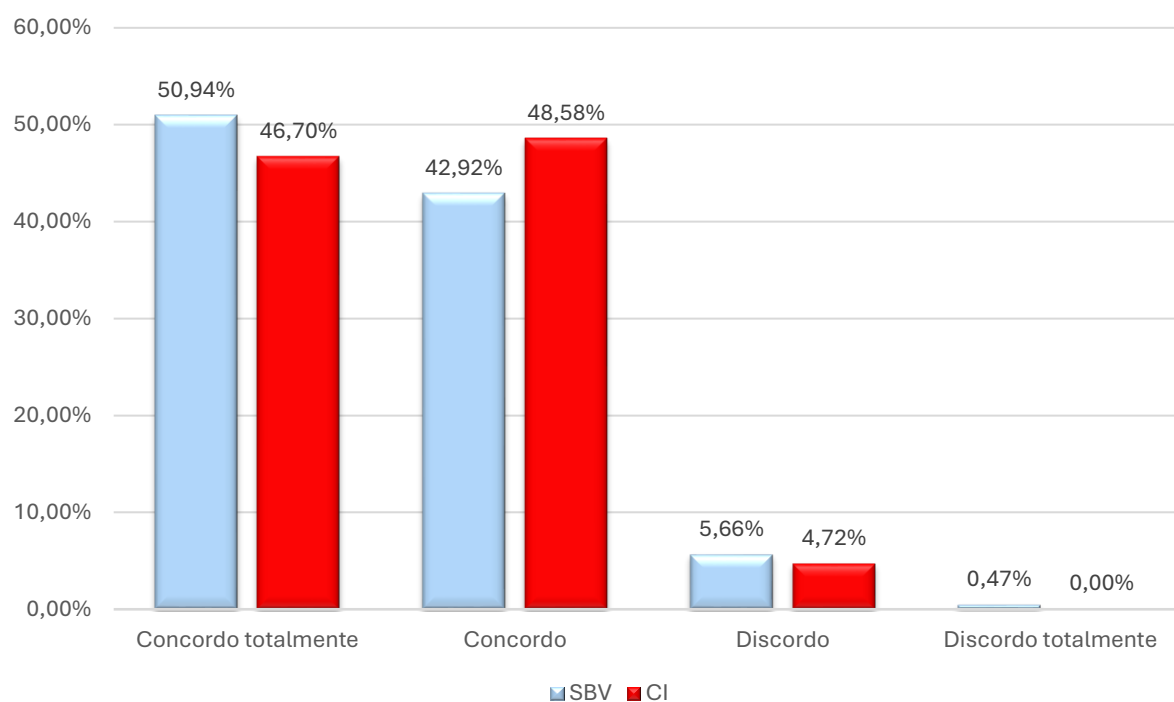


Figura 18 - Gráfico representativo da percepção dos inquiridos sobre a necessidade de formação em SBV e de CI

8. Conclusão

O presente estudo procurou aferir o grau de literacia dos alunos do ensino secundário em duas áreas fundamentais da segurança individual e coletiva: o SBV e o CI, com especial enfoque na relação entre os contextos formativos e o desempenho nas questões diagnósticas. Os resultados obtidos revelam padrões contrastantes, mas também alertas significativos sobre as fragilidades na formação dos alunos nestas temáticas.

No que diz respeito ao SBV, verificou-se que os alunos que indicaram ter recebido formação específica na área apresentaram uma taxa média de acerto de 59%, contrastando com os 50% obtidos pelos alunos sem formação, o que revela uma diferença positiva no desempenho, confirmando a eficácia geral da formação recebida e validando a hipótese inicialmente formulada nesta dissertação: “Os alunos que já tiveram formação sobre SBV e/ou sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios revelam maiores conhecimentos sobre a correta atuação nestas temáticas.” Embora modesta, esta diferença evidencia que ações formativas específicas têm impacto real na aquisição de competências essenciais à atuação em situações de emergência, particularmente em vítimas que se encontrem em paragem cardiorrespiratória. Ainda assim, os resultados mostram que nenhum dos grupos ultrapassou os 60%, o que levanta questões sobre a profundidade e eficácia das formações em curso.

Em contraste, na temática do CI, os alunos que afirmaram ter recebido formação apresentaram uma taxa de acerto inferior àqueles que não tiveram formação, o que invalida a hipótese inicial do estudo, segundo a qual se esperaria um maior desempenho entre os alunos com formação prévia. Para além disso, e de forma particularmente preocupante, ambos os grupos (com e sem formação) apresentaram taxas de acerto abaixo dos 50%, revelando um défice claro de conhecimentos nesta área. No entanto, importa refletir sobre a adequação das questões colocadas face ao nível de conhecimentos efetivamente expectável para estes alunos, tendo em conta que a formação em segurança e emergência não é padronizada nem garantida de forma consistente ao longo do percurso escolar.

Esta possível discrepância entre os conteúdos avaliados e a formação efetivamente ministrada poderá ter influenciado os resultados, sem que isso signifique necessariamente uma falha individual dos alunos. Ainda assim, os dados colidem com o que se espera do perfil de saída do aluno do ensino secundário, que pressupõe competências básicas em segurança e cidadania ativa.

No que respeita à hipótese que visava avaliar se os alunos sentem a necessidade de formação sobre manobras de reanimação e sobre a utilização de meios de primeira intervenção de combate a incêndios, os dados obtidos confirmam de forma clara e inequívoca a sua validade. A esmagadora maioria dos alunos inquiridos reconhece a importância de receber formação em ambas as áreas, com mais de 93% a manifestar concordância relativamente ao SBV e mais de 95% no caso do CI. Estes resultados traduzem uma perceção positiva, consciente e fundamentada por parte dos jovens em relação à sua própria preparação para lidar com situações de emergência. A elevada taxa de concordância, transversal a diferentes perfis, cursos e idades, deve ser lida como um indicador de motivação e interesse genuíno por parte dos alunos, o que representa uma oportunidade significativa para as escolas estruturarem respostas formativas alinhadas com as expectativas e necessidades sentidas pela comunidade escolar. Assim, esta hipótese é plenamente confirmada, sendo a perceção dos alunos um dos pilares mais sólidos que justificam a implementação de programas estruturados de formação em segurança e emergência, como os propostos neste trabalho (ver ponto 6).

A análise mais aprofundada das entidades que ministraram a formação permitiu identificar um fator decisivo de qualidade formativa: a colaboração entre múltiplas entidades (escola, bombeiros, INEM, escuteiros, entre outros) resulta, de forma consistente, em desempenhos superiores nas questões diagnósticas. Já as formações promovidas por uma única entidade, ainda que especializada, apresentam resultados inferiores ou inconsistentes, o que sugere que a abordagem pedagógica integrada e diversificada é essencial para a eficácia das ações de formação.

No que concerne à variável idade, os dados não revelam uma relação linear clara entre esta e a taxa de acerto. Embora o aluno de 14 anos tenha registado a taxa

de acerto mais elevada, este resultado deve ser interpretado com cautela, pois trata-se de um caso isolado (*outlier*), sem representatividade estatística, e que não reflete diferenças curriculares em relação aos colegas de 15 anos. Assim, não se pode concluir que os alunos mais jovens apresentam, em média, melhores resultados nas questões relacionadas com SBV. No geral, não se observa uma relação consistente entre o aumento da idade e o desempenho, sugerindo que outros fatores como a formação prévia, a motivação ou o contexto escolar poderão ter um peso mais determinante na assimilação e aplicação de conhecimentos em primeiros socorros e proteção civil.

Também os dados relativos à influência do curso frequentado e da escola de origem evidenciam disparidades: os alunos de cursos científico-humanísticos e oriundos de escolas com maior envolvimento em projetos de sensibilização nas áreas da segurança tendem a apresentar melhores desempenhos, particularmente em SBV.

Estes resultados, aliados à perceção clara dos alunos sobre a necessidade de formação, reforçam os alertas emitidos por diversas entidades nacionais e internacionais. O “Policy Toolkit: CPR Training for a New Generation of Lifesavers”, lançado recentemente pelo ERC (2025), defende a introdução precoce e sistemática da formação em Suporte Básico de Vida (SBV) desde os seis anos de idade, reconhecendo o papel das escolas, clubes e grupos de jovens como contextos ideais para capacitar futuros cidadãos. O *toolkit* compila boas práticas e recomendações para integrar o ensino de SBV nos currículos escolares, destacando a importância da consistência, da prática recorrente e da formação de professores e entidades parceiras. Esta abordagem internacional vai ao encontro das necessidades identificadas neste estudo, que aponta para lacunas claras na formação dos jovens portugueses e para o impacto positivo de metodologias colaborativas e interinstitucionais.

Noutra publicação, o ERC (2021) defende que a formação prática regular, com treino em manequins e simulações realistas, é essencial para a eficácia das intervenções em SBV. De igual modo, a ANEPC (2024) reforça que a realização sistemática de simulacros e exercícios práticos em meio escolar é condição indispensável para o desenvolvimento de uma cultura de autoproteção eficaz. A

Organização Mundial da Saúde (2015) vai ainda mais longe ao recomendar que o ensino de primeiros socorros e segurança deve integrar metodologias participativas e práticas, uma vez que estas têm maior impacto na retenção de competências do que abordagens exclusivamente teóricas.

Apesar da relevância dos resultados obtidos, importa reconhecer algumas limitações que condicionam a interpretação dos dados. O estudo centrou-se num único caso — o AEFP — com enfoque nas suas especificidades contextuais. De acordo com Stake (1995), os estudos de caso não visam a generalização estatística dos resultados, mas antes a compreensão aprofundada de uma realidade concreta. Ainda assim, importa destacar que o AEFP apresenta um historial positivo na promoção de iniciativas de proteção civil e uma articulação consolidada com entidades como os bombeiros, o que poderá ter influenciado positivamente o desempenho dos alunos. Em contextos onde não exista formação estruturada nesta área, os resultados poderiam apresentar características distintas.

Além desta limitação, os dados recolhidos resultam de um inquérito por questionário de autopreenchimento, o que pode implicar um enviesamento dos resultados devido à interpretação subjetiva das perguntas por parte dos alunos. Além disso, o estudo centrou-se na avaliação de conhecimento teórico-prático declarado, não tendo incluído momentos de observação direta ou validação das competências em contexto simulado, o que limita a análise da real capacidade de atuação dos inquiridos.

Por fim, deve também ser considerada a representatividade desigual entre cursos, idades e percursos formativos na amostra, o que pode influenciar certos resultados parciais e justificar variações observadas entre grupos.

Em síntese, a investigação confirma que a formação em SBV contribui positivamente para o desempenho dos alunos, ainda que com margem clara de melhoria. Já no combate a incêndios, os dados sugerem uma fragilidade formativa generalizada, exigindo uma reavaliação urgente das práticas educativas e da integração desta temática nos currículos escolares. Torna-se evidente que a colaboração interinstitucional, a repetição e diversificação das ações formativas, e

a adoção de metodologias práticas e experienciadas, são caminhos promissores para a promoção de uma cultura de segurança efetiva nas escolas, contribuindo, assim, para sociedades mais preparadas, resilientes e seguras.

Torna-se evidente que a colaboração entre escolas e entidades especializadas, a repetição e diversificação das ações formativas, bem como a adoção de metodologias práticas e experienciadas, são caminhos promissores para a promoção de uma cultura de segurança efetiva nas escolas. A implementação de programas regulares de capacitação, sessões de treino prático com simulacros, e a integração de conteúdos específicos sobre meios de primeira intervenção nos planos formativos institucionais poderá contribuir significativamente para uma maior prontidão e eficácia na resposta a situações de emergência. Além disso, o reforço da literacia em segurança pode ter um impacto direto na redução de riscos e na promoção de ambientes mais seguros, tanto para os colaboradores como para os utentes ou beneficiários das organizações envolvidas.

Para além do contexto formal da sala de aula, os resultados deste estudo evidenciam a importância de promover uma abordagem mais abrangente, que valorize igualmente a educação não formal e informal na construção de uma cultura de segurança, alinhada com a visão de que a proteção civil somos todos nós. Atividades como simulacros, workshops, clubes escolares, campanhas de sensibilização, ou mesmo aprendizagens espontâneas no seio da comunidade, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de competências práticas e atitudes de autoproteção. Estes contextos complementares de aprendizagem, frequentemente mais próximos da realidade vivida, permitem envolver os alunos de forma mais ativa, experiencial e participativa, potenciando a interiorização de comportamentos seguros. Assim, reforça-se a necessidade de integrar estes domínios em espaços educativos alternativos, onde os jovens possam aprender pela prática e pela convivência, contribuindo para sociedades mais resilientes e conscientes.

9. Considerações finais

Tendo em consideração os resultados obtidos ao longo deste estudo, torna-se evidente a necessidade de uma resposta estruturada que permita colmatar as lacunas identificadas nas áreas do SBV e do CI. Com base na constatação de que a eficácia da formação depende, em grande medida, da colaboração entre diferentes entidades formadoras e da repetição e diversidade metodológica, propõe-se a implementação de um programa formativo integrado no contexto do agrupamento escolar, sob a designação “Escola Segura, Comunidade Resiliente”.

Este programa visa reforçar as competências dos alunos do ensino secundário relativamente à atuação em situações de emergência, promovendo uma cultura de segurança transversal, participativa e alinhada com os princípios orientadores do perfil dos alunos à saída do ensino secundário.

A proposta do programa assenta em três módulos formativos, com uma abordagem progressiva e prática:

- Módulo 1 – Introdução à Segurança e à Proteção Civil: Aborda os fundamentos da segurança individual e coletiva, incluindo o papel da escola enquanto espaço seguro, e o enquadramento legal e cívico da proteção civil.
- Módulo 2 – Suporte Básico de Vida (SBV): Inclui formação prática sobre a cadeia de sobrevivência, avaliação da vítima, execução de manobras básicas (compressões torácicas, Posição Lateral de Segurança e Desobstrução da Via Aérea).
- Módulo 3 – Combate a Incêndios (CI): Foca-se na identificação de riscos, fenomenologia da combustão, classes de fogo, meios de primeira intervenção, evacuação em segurança, manipulação de extintores e de carretéis de incêndio, com recurso a simulações práticas.

A implementação do programa deverá adotar uma metodologia ativa e experiencial, centrada na realização de simulações, exercícios práticos, análise de casos reais e

atividades de *role-playing*. As sessões devem ser conduzidas por uma equipa multidisciplinar, envolvendo professores, bombeiros e elementos da proteção civil municipal assegurando, assim, diversidade pedagógica e complementaridade de saberes.

Importa, no entanto, ter presente que saber o conteúdo técnico não significa, por si só, saber transmiti-lo de forma eficaz. Uma questão pertinente que se pode levantar é a capacidade pedagógica dos agentes externos — bombeiros, INEM, proteção civil — para adequar a informação às diferentes faixas etárias. Neste contexto multidisciplinar, é essencial trabalhar com estes agentes formadores, garantindo que as ferramentas didáticas utilizadas são apropriadas, sem infantilizar os temas, mas também sem exceder os limites de compreensão e curiosidade dos alunos em cada etapa de aprendizagem.

Recomenda-se a integração curricular parcial do programa, nomeadamente nas disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento, bem como a oferta de oficinas extracurriculares regulares, abertas também à comunidade educativa.

Para garantir a eficácia e sustentabilidade do programa, propõe-se:

- A sua implementação gradual a partir do 3.º ciclo de ensino, assegurando continuidade formativa;
- O estabelecimento de protocolos formais com entidades externas, como associações de bombeiros e serviços locais de saúde e proteção civil;
- A formação contínua de docentes para um transversal conhecimento relativo a conteúdos de segurança;
- A realização de simulacros periódicos, integrando os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Este programa visa não só responder diretamente às lacunas detetadas no presente estudo, mas também promover um novo paradigma de literacia em segurança, contribuindo para a formação de alunos mais conscientes, preparados

e intervenientes na proteção de si e dos outros, preparando e fomentando sociedades mais seguras.

10. Bibliografia

AEFP. (2019). *Projeto Educativo do Agrupamento*.

<https://drive.google.com/file/d/1lqCLYvWBNpDAVP9a99ZqQ40kDzvQnfRP/view?pli=1>

ANEPC. (2023). *Anuário de Segurança Contra Incêndio em Edifícios 2023*.

<https://prociv.gov.pt/pt/documentacao/anuario-de-seguranca-contra-incendio-em-edificios-2023/>

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2023). *Relatório Anual de Ocorrências – Estabelecimentos de Ensino*.

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2024). *Educação para o Risco: Linhas orientadoras para a implementação de projetos em meio escolar*.

Câmara Municipal do Bombarral. (2024). *História da Toponímia Local Reunida em Livro*. Câmara Municipal do Bombarral.

Delors, J. , A. M. I. , A. I. , C. R. , C. F. , G. B. & N. Z. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir*. UNESCO / Relógio D'Água.

Diário da República. (2007). Despacho n.º 15847/2007. Em *Diário da República, 2.ª série, n.º 140*. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/15847-2007-259166>

Direção-Geral da Educação. (sem data). *Inquéritos em meio escolar*.

Ministério da Educação. Obtido 16 de Junho de 2025, de <https://www.dge.mec.pt/inqueritos-em-meio-escolar-0>

Direção-Geral da Educação. (2020). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

- Direção-Geral da Educação, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, & Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2014). *Referencial de Educação para o Risco*.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_Risco/documentos/referencial_risco.pdf
- Direção-Geral da Educação, Instituto da Defesa Nacional, & Centro Nacional de Cibersegurança. (2020). *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz* (2.^a ed.). Ministério da Educação.
<https://www.dge.mec.pt/referencial-de-educacao-para-seguranca-defesa-e-paz>
- Direção-Geral da Saúde. (2024). *Dados estatísticos sobre paragem cardiorrespiratória em Portugal*.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2023). *Taxa bruta de escolarização no ensino secundário em Portugal continental (2022/2023)*. https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/indicadores/taxas_escolarizacao.asp
- European Agency for Safety and Health at Work. (2016). *A review of the main safety culture concepts*. <https://osha.europa.eu/en/publications/review-main-safety-culture-concepts>
- European Resuscitation Council. (2021a). *European Resuscitation Council Guidelines 2021: Basic Life Support* (European Resuscitation Council, Ed.). <https://cprguidelines.eu/guidelines-2021>
- European Resuscitation Council. (2021b). *European Resuscitation Council Guidelines for Resuscitation 2021*. <https://erc.edu>
- European Resuscitation Council. (2025). *Policy Toolkit: CPR Training for a New Generation of Lifesavers*. <https://www.erc.edu/cpr-policy-toolkit?fbclid=IwY2xjawLAE->

pleHRuA2FibQIxMABicmlkETFCcDFiT21wT0VDODZmR3ZxAR4BC3_Ti
GJfedgRgTRtLbZ2tUmfS4cmdfdnHIYo5HOhIY82i7FAUO-
H2vZcKQ_aem_LOrBLfhXddS0YU2wdwofKQ

Ferreira, N. T. (2024). *Olhares sobre o Bombarral*. Câmara Municipal do Bombarral.

Guerra, A. M., Coelho, J. A., & Leitão, R. E. (2006). *Fenomenologia da combustão e extintores (vol. VIII)*.

INEM. (2021). Manual de Suporte Básico de Vida DAE. *Departamento de Formação em Emergência Médica*.

INEM. (2023). *Registo Nacional de Paragem Cardiorrespiratória*.
<https://extranet.inem.pt/pcr/>

INEM. (2025, Abril 15). *Ligue 112 - INEM*.
<https://www.inem.pt/2017/05/30/ligue-112/>

Instituto Nacional de Estatística. (2024a). *Concelho: Bombarral – Indicadores sociais, económicos e territoriais*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/leiria/bombarral/3162-bombarral/file>

Instituto Nacional de Estatística. (2024b). *Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)*.
https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009552&var_cd=0009555&lingua=PT

Lei de Bases da Protecção Civil , Pub. L. No. Lei nº 27/2006, Diário da República, 1.ª série (2006). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2006-66285526>

Margarida, L., & Da Cunha, A. (2007). *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. Faculdade de Ciências.

- Martins, R., Sá, I., Craveiro, L., Pinto, J., Duarte, J., & Ferreira, C. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.
<https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>
- Ministério da Administração Interna. (1999). Decreto-Lei n.º 368/99. Em *Diário da República: 1ª série, n.º 219*.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1999/09/219a00/64706480.pdf>
- Ministério da Administração Interna. (2016). Despacho n.º 8591-D/2016. Em *Diário da República, 2.ª série - N.º 125*. <http://dre.pt>
- Ministério da Administração Interna, & Ministério da Educação. (2017). *Despacho n.º 8927/2017: Aprova o Regulamento do Programa Escola Segura*.
<https://diariodarepublica.pt/redirect/LinkFicheiroAntigo.aspx?conteudoid=108275627>
- Monteiro, J. A. (1969). Lapa do Suão (Bombarral). *O Arqueólogo Português*, 3(3), 1–15.
- Nóvoa, A. (2019). *Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola*.
- Nunes, A. C. L. (2016). Todos somos proteção civil. *PROCIV – Revista da Autoridade Nacional de Proteção Civil*, 89, 3.
- Pina, A., Paulino, D., Gil, H., Baptista, J., Sousa, C., Neves, M. J., Afonso, M., Lima, R., Lourenço, R., Figueiredo, V., Dspe, D. |, De Serviços, D., & Sousa, J. C. (2023). *Relatório dos encontros regionais de coordenadores da estratégia de educação para a cidadania na escola*.
<https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/relatorio-periplo-out-nov2023final.pdf>
- Ramos, A. J. (1939). *Bombarral e seu Concelho – Subsídios para a sua História*. Tipografia Judícibus.

Reason, J. (1997). *Managing the Risks of Organizational Accidents*. Ashgate.

RTP. (2010). *Recordando a explosão na escola do Cartaxo em 1985*

[Broadcast]. RTP Arquivos. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/recordando-a-explosao-na-escola-do-cartaxo/>

Salamanca 24 horas. (2025). *Educación frente a emergencias: España*

implementará un nuevo curso de Protección Civil en las escuelas a partir de septiembre. [https://www.salamanca24horas.com/nacional/educacion-frente-emergencias-espana-](https://www.salamanca24horas.com/nacional/educacion-frente-emergencias-espana-implementara_1_2726393.html#origin=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&cap=swipe,education&webview=1&dialog=1&viewport=natural&visibilityState=prerender&prerenderSize=1&viewerUrl=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&famp%2Fs%2Fwww-salamanca24horas-com.cdn.ampproject.org%2Fc%2Fs%2Fwww.salamanca24horas.com%2Fnacional%2Feducacion-frente-emergencias-espana-implementara-nuevo-curso-proteccion-civil-en-escuelas-partir-septiembre_15152498_102.html%3Fusqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%25253D&kit=1)

[implementara_1_2726393.html#origin=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&cap=swipe,education&webview=1&dialog=1&viewport=natural&visibilityState=prerender&prerenderSize=1&viewerUrl=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&famp%2Fs%2Fwww-salamanca24horas-com.cdn.ampproject.org%2Fc%2Fs%2Fwww.salamanca24horas.com%2Fnacional%2Feducacion-frente-emergencias-espana-implementara-nuevo-curso-proteccion-civil-en-escuelas-partir-septiembre_15152498_102.html%3Fusqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%25253D&kit=1](https://www.salamanca24horas.com/nacional/educacion-frente-emergencias-espana-implementara_1_2726393.html#origin=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&cap=swipe,education&webview=1&dialog=1&viewport=natural&visibilityState=prerender&prerenderSize=1&viewerUrl=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&famp%2Fs%2Fwww-salamanca24horas-com.cdn.ampproject.org%2Fc%2Fs%2Fwww.salamanca24horas.com%2Fnacional%2Feducacion-frente-emergencias-espana-implementara-nuevo-curso-proteccion-civil-en-escuelas-partir-septiembre_15152498_102.html%3Fusqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%25253D&kit=1)

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Sage Publications.

United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR).

(2005). *Hyogo Framework for Action 2005–2015: Building the resilience of nations and communities to disasters*.

World Health Organization. (2015). *Global status report on school health*.

<https://www.who.int>

11. Apêndice

11.1. Apêndice A – Autorização da Direção-Geral da Educação

Este apêndice apresenta a autorização oficial emitida pela DGE no âmbito da recolha de dados em meio escolar.

Dados adicionais
Estado: Aprovado
Avaliação: Exmo.(a) Senhor(a) Jorge Frazoa Cumpre-nos informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é aprovado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas. Com os melhores cumprimentos José Carlos Sousa Diretor de Serviços DGE
Observações: a) A aplicação dos instrumentos de notação fica sujeita a autorização das Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público a contactar para a realização do estudo. Merece especial atenção o modo, o momento e condições de aplicação dos instrumentos de recolha de dados em meio escolar, devendo fazer-se em estreita articulação com as Direções dos Agrupamentos, encarregados de educação/representantes legais e jovens. b) Ao ser utilizada uma plataforma tecnológica para registo de dados, deve-se acautelar que as questões colocadas pelos instrumentos de inquirição/registo devem ser respondidas apenas pelo destinatário pretendido (proceder-se à inquirição através de um único acesso - link da plataforma a utilizar - utilizando-se um ou mais computadores do Agrupamento, a disponibilizar para o efeito na escola, ou outra forma considerada adequada àquele propósito), obviando-se o uso de telemóvel pessoal. Em caso de ser instrumento pessoal de livre acesso, não é da competência da Direção-Geral da Educação (DGE) autorizar a sua aplicação, uma vez que qualquer pessoa pode responder.
Outras observações: Sem observações.

11.2. Apêndice B – Questionário

20/01/25, 10:30

A cultura de segurança nas escolas - Promoção de sociedades mais seguras

A cultura de segurança nas escolas - Promoção de sociedades mais seguras

O presente questionário enquadra-se no âmbito da dissertação do Mestrado de Gestão de Emergência e Socorro, do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) de Aveiro.

O objetivo deste questionário é avaliar se os alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (AEPF) do Bombarral possuem conhecimentos para intervir em situações de paragem cardiorrespiratória (PCR) e para manusear meios de primeira intervenção de combate a incêndios.

A participação neste estudo é opcional e voluntária, estando os investigadores, ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), obrigados a garantirem o anonimato e o tratamento confidencial das respostas provenientes do inquérito.

Caso aceite participar poderá, a qualquer momento, sair do inquérito, se assim o entender.

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente no âmbito do presente estudo ou de uma publicação científica que o estudo possa produzir.

O questionário tem uma duração estimada de 5 minutos.

Grato pela atenção.

Investigador: Jorge Frazoa

Orientadora: Doutora Maria José Faria Feio

* Obrigatória

1

Dou o meu consentimento para participar no referido estudo. *

☐ Sim

☐ Não

Identificação

2

Género *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não referir

3

Idade *

- ☐ 14 anos
- ☐ 15 anos
- ☐ 16 anos
- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos
- ☐ 19 anos
- ☐ 20 anos

4

Que ano estás a frequentar? *

- ☐ 10º ano
- ☐ 11º ano
- ☐ 12º ano

5

Qual é o curso que frequentas. *

- ☐ Curso de Artes Visuais
- ☐ Curso de Ciências e Tecnologias
- ☐ Curso de Ciências Socioeconómicas
- ☐ Curso de Línguas e Humanidades
- ☐ Técnico de Cozinha/Pastelaria
- ☐ Técnico de Restaurante/Bar
- ☐ Técnico de Desporto
- ☐ Técnico de Turismo Ambiental e Rural

6

Concelho de residência *

- ☐ Bombarral
- ☐ Cadaval
- ☐ Óbidos
- ☐ Lourinhã
- ☐ Peniche
- ☐ Outro

7

Em que escola concluíste o 3º ciclo de ensino (9ºano)? *

- ☐ Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (Bombarral)
- ☐ Agrupamento de Escolas do Cadaval
- ☐ Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos
- ☐ Agrupamento de Escolas da Lourinhã
- ☐ Agrupamento de Escolas de Peniche
- ☐ Outra

Formação

8

Tens alguma formação em Suporte Básico de Vida (SBV)? *

☐ Sim

☐ Não

9

Qual foi a entidade que ministrou a formação de Suporte Básico de Vida (SBV)? *

Podes responder mais do que uma opção.

☐ Escola (Nas aulas, pelo professor)

☐ Escola (Nas aulas, pelos bombeiros)

☐ Associação de Bombeiros

☐ Escuteiros

☐ INEM

☐ Outra entidade

10

Tens alguma formação sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios? *

☐ Sim

☐ Não

11

Qual foi a entidade que ministrou a formação sobre meios de primeira intervenção de combate a incêndios? *

Podes responder mais do que uma opção.

- ☐ Escola (Nas aulas pelo professor)
- ☐ Escola (Nas aulas pelos bombeiros)
- ☐ Bombeiros
- ☐ Escuteiros
- ☐ Outra entidade

12

Avaliação de necessidades formativas *

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Considero o Suporte Básico de Vida um tema relevante e que deve ser ministrado na escola.	☐	☐	☐	☐
Considero os Meios de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios um tema relevante e que deve ser ministrado na escola.	☐	☐	☐	☐

Questionário diagnóstico

13

O que é o número 112? *

- ☐ Número de emergência do INEM
- ☐ Número Europeu de Emergência
- ☐ Número de emergência dos Bombeiros
- ☐ Número Nacional de Emergência
- ☐ Não sei

14

Qual é a entidade que recebe a chamada 112? *

- ☐ Bombeiros
- ☐ INEM
- ☐ PSP
- ☐ Proteção Civil Nacional
- ☐ Não sei

15

Existem um conjunto de procedimentos que devemos fazer quando estamos perante uma pessoa que necessita de ajuda. O que deverá ser feito em primeiro lugar? *

- ☐ Verificar se a vítima respira
- ☐ Gritar por ajuda
- ☐ Ligar 112
- ☐ Verificar as condições de segurança
- ☐ Não sei

16

De que forma podemos avaliar o nível de consciência de uma vítima? *

- ☐ Estimular a vítima, na cara
- ☐ Gritar ao ouvido da vítima
- ☐ Chamar pela vítima, perguntando em voz alta se "Está bem?", "Sente-se bem?", estimulando ligeiramente os ombros
- ☐ Verificar se a vítima reage à luz, quando colocada à frente dos olhos
- ☐ Não sei

17

De que forma podemos avaliar se uma vítima, sem suspeita de trauma, não respira? *

- ☐ Olhando para o peito da vítima à procura de movimento
- ☐ Efetuando o VOS (Ver, Ouvir e Sentir), durante 10s
- ☐ Efetuando o VOS (Verificar, Olhar e Sentir), durante 10s
- ☐ Olhando para o peito da vítima e, em simultâneo, verificar o pulso carotídeo
- ☐ Não sei

18

Para que tenhamos a certeza de que uma vítima se encontra em paragem cardiorrespiratória, devemos ter a certeza absoluta de que: *

- ☐ Não tem pulso
- ☐ Está inconsciente
- ☐ Está inconsciente e não respira
- ☐ Está inconsciente e respira
- ☐ Não sei

19

Caso se confirme que a vítima está em paragem cardiorrespiratória, o que devemos fazer imediatamente? *

- ☐ Iniciar Reanimação Cardiorrespiratória
- ☐ Pedir ajuda ligando 112
- ☐ Gritar por ajuda
- ☐ Iniciar Reanimação Cardiorrespiratória, pelas insuflações
- ☐ Não sei

20

Considerando uma vítima adulta, qual é a relação de compressões torácicas e ventilações que devemos aplicar quando a vítima está em paragem cardiorrespiratória? *

- ☐ 30:2
- ☐ 15:2
- ☐ 30:1
- ☐ 15:1
- ☐ Não sei

21

Quando é que podemos suspender as manobras de suporte básico de vida? *

- ☐ Quando passem 15 minutos
- ☐ Quando estiver exausto
- ☐ Quando a ajuda diferenciada chegar ou a vítima recupere ou o reanimador esteja exausto
- ☐ Todas as respostas estão corretas
- ☐ Não sei

22

Devemos colocar uma vítima em Posição Lateral de Segurança (PLS) quando? *

- ☐ A vítima esteja inconsciente e não respire
- ☐ A vítima esteja inconsciente e respire
- ☐ Todas as vítima de trauma
- ☐ Todas as afirmações estão incorretas
- ☐ Não sei

23

O que consideras um meio de primeira intervenção de combate a incêndios? *



Extintor de incêndio



Carretel de incêndio



Manta ignífuga



Sprinkler



Veículo de bombeiros

- ☐ Extintor de incêndio, carretel de incêndio e manta ignífuga
- ☐ Sistema de sprinklers
- ☐ Veículo de bombeiros
- ☐ Todas as afirmações anteriores estão corretas
- ☐ Não sei

24

Qual a forma mais correta de proceder perante um incêndio, na sua fase inicial, numa frigideira, panela ou tacho? *

- ☐ Utilizar água
- ☐ Utilizar uma manta ignífuga ou pano húmido
- ☐ Retirar a frigideira, panela ou tacho, pela pega, para o exterior
- ☐ Deixar arder até que o fogo consuma todo o combustível
- ☐ Não sei

25

Um extintor de incêndio é um equipamento para ser utilizado por: *

- ☐ Equipas de bombeiros
- ☐ Qualquer pessoa
- ☐ Apenas por pessoas com formação de combate a incêndios
- ☐ Apenas por equipas de primeira intervenção
- ☐ Não sei

26

Qual a forma mais correta de proceder perante um incêndio, na sua fase inicial, num quadro elétrico? *

- ☐ Utilizar o carretel de incêndio
- ☐ Utilizar um extintor de CO2
- ☐ Utilizar uma manta ignífuga
- ☐ Utilizar um extintor de água
- ☐ Não sei

27

Um carretel de incêndio é um equipamento para ser utilizado por: *

- ☐ Equipas de bombeiros
- ☐ Qualquer pessoa
- ☐ Apenas por pessoas com formação de combate a incêndios
- ☐ Apenas por equipas de primeira intervenção
- ☐ Não sei

28

Estás perante um incêndio, na sua fase inicial, na sala de informática. Como deves proceder? *

- ☐ Acionar a botoneira de alarme de incêndio e, de seguida, tentar extinguir o incêndio com o extintor existente na sala
- ☐ Acionar a botoneira de alarme de incêndio e, de seguida, tentar extinguir o incêndio com recurso a um carretel de incêndio
- ☐ Tentar extinguir o incêndio com recurso ao extintor existente na sala e, de seguida, acionar a botoneira de alarme de incêndio
- ☐ Tentar extinguir o incêndio com recurso a um carretel de incêndio e, de seguida, acionar a botoneira de alarme de incêndio
- ☐ Não sei

29

Necessidades formativas *

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Sinto necessidade de ter formação sobre Suporte Básico de Vida.	☐	☐	☐	☐
Sinto necessidade de ter formação sobre Meios de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios.	☐	☐	☐	☐

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

 Microsoft Forms

11.3. Apêndice C – Código QR para acesso ao questionário

A recolha de dados foi efetuada através de um link digital, disponibilizado via código QR, que foi projetado nas salas de aulas. Esta estratégia de divulgação permitiu um acesso mais rápido e autónomo, conforme recomendado pela DGE para os inquéritos em meio escolar.

**A cultura de segurança nas escolas
- Promoção de sociedades mais
seguras**



12. Anexos

12.1. Anexo A – Artigo da autoria do Professor Alberto Claudino publicado na revista PROCIV (ANEPC) sobre o Grupo de Primeira Intervenção do AEFB

Apresenta-se, neste anexo, o artigo publicado na revista PROCIV (n.º 89, março/abril de 2016), da responsabilidade do professor Alberto Claudino Loureiro Nunes, docente de Educação Física e responsável pela área da segurança no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó até 2024.

PROCIV

TODOS somos Proteção Civil



Desde 2010 que o Agrupamento de Escolas Fernão do Pó (AEFP), no Bombarral, desenvolve um projeto inovador na área da educação para a segurança. Os alunos que são bombeiros (infantes ou cadetes) estão organizados na escola enquanto Grupo de Primeira Intervenção (GPI).

Este grupo é reconhecido e tutelado pelo comando do corpo de bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral (AHBVB) e é organizado na escola, como clube de complemento curricular, enquadrado pelo professor delegado de segurança. No presente ano letivo, o GPI conta com onze elementos.

O GPI tem missões específicas nos Planos de Emergência e de Evacuação da escola sede do Agrupamento. Em situação real, ou de exercício, cabe a estes alunos identificar e localizar o sinistro, isolar a área, guiar as equipas de bombeiros a partir dos portões da escola e apoiar as equipas de busca de vítimas.

Em ação, os alunos do GPI são identificados com coletes cor de laranja que os distinguem dos envergados pelo pessoal não docente. O Grupo possui uma mala de primeiros socorros e ocupa um gabinete onde pode reunir e guardar o seu equipamento.

O GPI desempenha também um papel ativo nas atividades de promoção e de divulgação de comportamentos de segurança entre os alunos e na ligação entre a escola e os Bombeiros.



Este projeto surge no âmbito de uma tradição de proximidade entre os Bombeiros e a escola. Nos últimos anos esta relação tem-se traduzido na realização anual de um exercício de evacuação e de um simulacro; em vários workshops de segurança para os alunos; na visita de todas as turmas ao novo quartel da AHBVB; em cursos de suporte básico de vida ministrados pelos bombeiros a centenas de alunos e professores; no apoio a várias



atividades de Desporto Escolar e até na transferência, por um dia, de todos os serviços da AHBVB para as instalações da escola.

O GPI é talvez a melhor expressão da cooperação entre os Bombeiros e o Agrupamento. Além de garantir uma escola mais segura, contribui decisivamente para uma cultura de segurança em toda a comunidade escolar, incluindo as famílias. Finalmente, mas não menos importante, o projeto favorece a promoção do voluntariado e o recrutamento de novos bombeiros o que, presentemente, é decisivo para as corporações de bombeiros locais.

Professor Alberto Claudino Loureiro Nunes



PROCIV • P.3
Número 89, março/abril 2016